

Relatório & Contas 2014







ÍNDICE

A horizontal dotted line consisting of 15 small white dots, positioned directly below the word 'ÍNDICE'.

1.

INTRODUÇÃO

PÁG. 08

2.

ENVOLVENTE

PÁG. 14

3.

**ATIVIDADE DA
EMPRESA EM 2014**

PÁG. 28

4.

**PERSPETIVAS
FUTURAS**

PÁG. 44

5.

**PROPOSTA DE
APLICAÇÃO DE
RESULTADOS**

PÁG. 48

6.

NOTA FINAL

PÁG. 52

7.

**ANEXO AO
RELATÓRIO
DE GESTÃO**

PÁG. 56

8.

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
E ANEXO**

PÁG. 60

9.

**RELATÓRIO E
PARECERES DOS
AUDITORES E DO
FISCAL ÚNICO**

PÁG. 96

1.



INTRODUÇÃO



1. INTRODUÇÃO

: 1.1

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Exmos. Senhores Acionistas,

O ano de 2014, em linha com o que se tinha passado em 2013, foi um ano muito complicado, tanto em termos de ambiente macroeconómico global como da nossa Empresa em particular.

De facto, o ano que agora terminou foi bastante pesado para a nossa organização, tendo a mesma sofrido um decréscimo considerável dos seus proveitos, fruto da venda do *Core Business* (a Construção), em 2013, à MRG - EQUIPAV bem como do necessário ajustamento que teve de ser feito em termos das áreas de atividade e dos mercados a explorar.

Nesse sentido, a Empresa tomou todas as medidas necessárias à correta adequação entre as estruturas de custos e dos proveitos da mesma, tendo-se, ainda assim, verificado algumas quebras no seu desempenho financeiro.

Estas quebras, se analisadas individualmente e descontextualizadas da situação vivida, poderiam ser mal interpretadas pelo que se impõe uma explicação das mesmas.

Como a Empresa vive uma fase de transição, tanto a nível do setor de atividade como das geografias de atuação, a mesma obrigou a um grande esforço financeiro de suporte a estas mudanças sem que tenha havido, no mesmo espaço de tempo, um reflexo nos volumes de faturação, não porque a atividade não os vá gerar futuramente mas sim porque os mesmos serão concretizados num futuro a curto-médio prazo, o que é característico de apostas estratégicas como a Internacionalização de uma empresa da nossa dimensão.

Ainda assim, e porque acreditamos que a nossa estratégia, assente no valor acrescentado das novas geografias e dos novos setores de atividade, será sustentável num futuro relativamente curto, tudo estamos a fazer para que a mesma se concretize o mais brevemente possível.

Assente na sua postura de inovação e antecipação de tendências, já durante o corrente ano de 2015 a MRG Engenharia e Construção adotou a designação de MRG Engineering&Solutions, um nome que pretende projetar o seu novo posicionamento no mercado global adequando, também, a sua estrutura de recursos humanos e materiais às reais necessidades, permitindo à Organização perspetivar o futuro com uma expectativa otimista.

É, pois, com confiança que olhamos para o ano que se iniciou, estando fortemente empenhados em continuar a ser reconhecidos como um parceiro credível e sólido para todos os nossos *stakeholders*, sejam eles de que quadrante forem, bem como um empregador de confiança para todos os nossos colaboradores espalhados pelo Mundo, Portugal inclusive, aos quais não posso deixar de transmitir uma mensagem de orgulho e agradecimento profundos.

Para se continuar vencedor, teremos que manter um espírito inquieto e disponível para nos lançarmos em novos caminhos. Isso só será possível se todos assumirmos a nossa quota-parte de responsabilidade, todos temos de ser mais empreendedores, ousados e inovadores. Onde todos vejam um desafio, nós devemos ver uma oportunidade. **Acredito que, com o compromisso de todos, seremos, num futuro próximo, uma Organização muito mais forte, presente em diferentes pontos do Globo, isto tudo sem deixarmos de ter presente no nosso espírito a visão de Sustentabilidade Empresarial com Responsabilidade Social que tão bem nos caracteriza.**

Fernando Manuel Rodrigues Gouveia
Presidente do Conselho de Administração





1. INTRODUÇÃO

1.2

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A MRG detém participações em entidades de capital público e privado onde os parceiros são municípios ou empresas municipais, em sociedades instrumentais que operam nos Mercados Externos e ainda em empresas associadas de capital exclusivamente privado. O Capital Social das empresas participadas e a respetiva percentagem de detenção constam do quadro seguinte:

MRG – ENGINEERING&SOLUTIONS, S.A.	
Campiscinas, S.A.	€ 50.000,00 - 51%
Mafreduca, S.A.	€ 100.000,00 - 51%
Paceteg, S.A.	€ 100.000,00 - 51%
Cister, S.A.	€ 50.000,00 - 51%
Armamar Viva, S.A.	€ 50.000,00 - 51%
Odivelas Viva, S.A.	€ 50.000,00 - 51%
Oeiras Expo, S.A.	€ 100.000,00 - 25,5%
Pro-Vila Verde, S.A.	€ 100.000,00 - 51%
Gouveinova, S.A.	€ 50.000,00 - 51%
Oeiras Primus, S.A.	€ 50.000,00 - 37%
Sociedade Edifício Guanabara, S.A.	MZN 100.000,00 - 50%
MRG SPA (Argélia)	DZD 100.000.000,00 - 24,5%
Qta Monte Leopoldo, LDA	€ 50.000,00 - 99,8%
Intergreb, S.A.	€ 100.000,00 - 100%
Luz do Mondego, S.A.	€ 50.000,00 - 44,99%

1.3

ESTRUTURA ACIONISTA

ESTRUTURA ACIONISTA	
MRG – SGPS, S.A.	€ 2.300.000,00 - 92%
Ações Próprias	€ 200.000,00 - 8%

1.4

ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTATUTÁRIOS

Conselho de Administração

Presidente: Fernando Manuel Rodrigues Gouveia

Vogal: Rodolfo Oliveira Gouveia

Vogal: José Eduardo Loureiro da Silva

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente: Alfredo José Leal Castanheira Neves

Secretário: Alda Cristina Esculcas Pereira

Fiscal Único

LCA: Leal, Carreira & Associados, SROC, representada por José Maria de Jesus Carreira

Suplente do Fiscal Único

Fernando Jorge de Sá Pereira



2.



ENVOLVENTE



2. ENVOLVENTE

2.1

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNACIONAL

Em 2014, a **Economia Mundial** cresceu 3,3%, menos 0,4% do que estava previsto, consequência de se terem agravado, no segundo semestre, alguns fatores de risco que desaceleraram o crescimento verificado no primeiro semestre, nomeadamente tensões geopolíticas, estagnação ou crescimento muito reduzido nas economias desenvolvidas e desaceleração do crescimento nos mercados emergentes. Para 2015 prevê-se um crescimento da atividade económica mundial de apenas 3,5% refletindo as fracas perspectivas relativamente à China (+6,8%), Rússia (-3,0%), Euroarea (+1,2%), Japão (+0,6%) e aos países exportadores de petróleo (apenas +1,8%), em consequência da brutal descida dos preços (o petróleo desvalorizou 50% entre junho e o final do ano).

Os EUA representam a única economia desenvolvida mundial cujas perspectivas de crescimento melhoraram prevendo-se um crescimento de 3,6% para 2015, ligeiramente superior ao previsto para a economia mundial.

Analisando os principais blocos económicos, a evolução macroeconómica pode sintetizar-se nos seguintes termos:

- A economia da **Zona Euro** cresceu em 2014 de forma pouco expressiva. Apesar das condições propícias à expansão da atividade, estima-se que a economia do Euro tenha registado apenas um incremento económico em torno de 0,8%. Foi, ainda assim, uma evolução positiva relativamente ao ano anterior, em que se observou contração económica.

A instabilidade na Ucrânia, o confronto com a Rússia, o abrandamento em economias como a chinesa, cuja influência no andamento do *core* europeu é significativa, determinou uma fraca *performance*. Sobretudo, foi notório o pior desempenho comparado das maiores economias europeias *versus* as da periferia.

O mercado de trabalho evidenciou duas dinâmicas distintas: diminuição continuada do desemprego alemão e estabilização em níveis altos do desemprego agregado.

A taxa de desemprego terá sido de 11,6%. A concessão de crédito ao setor privado não financeiro registou contração durante todo o período, ainda que a taxas sucessivamente menores. A Zona Euro observou diminuição continuada da inflação (já negativa em alguns países) e das expectativas inflacionistas ao longo do ano.

Os preços ao nível do consumo terão terminado o ano em contração, resultando numa inflação de 0,4% em 2014. Para 2015 prevê-se que a economia europeia continue a recuperar lentamente, consequência da elevada taxa de desemprego a qual não permitirá o crescimento da procura interna, bem como das fracas expectativas de crescimento das exportações face às baixas previsões de crescimento dos mercados emergentes e dos países produtores de petróleo.

O programa de apoio monetário decidido pelo BCE, a traduzir-se na aquisição de ativos no mercado, poderá, se os seus objetivos forem alcançados, induzir na economia europeia fatores que favoreçam e incrementem o seu crescimento.

- Os **Estados Unidos da América** terão registado um crescimento de 2,4%, aquém do desejado mas ainda assim acima dos 2,2% observados no ano anterior. Após uma contração acentuada nos três primeiros meses do ano, devido às condições climáticas extremas, terão superado as expectativas de recuperação mais otimistas.

O consumo privado e o investimento, beneficiando da queda do petróleo, de uma política fiscal menos restritiva e da manutenção de condições monetárias expansionistas, destacaram-se na contribuição para a expansão económica.

O desemprego diminuiu de forma contínua e acentuada ao longo do período, registando taxas inferiores a 6,0% desde setembro de 2014. Apesar da queda do preço do petróleo, das pressões descendentes nos preços internacionais e da valorização do dólar, a inflação terá sido superior à observada em 2013, estimando-se que se tenha situado em torno de 2,0%.

- O **Reino Unido** foi, a par dos EUA, a outra economia a evidenciar uma aceleração do ritmo de crescimento em 2014. Terá crescido 2,6%.

- O **Japão** apresentou um crescimento inferior ao observado em 2013. Após um primeiro trimestre muito positivo, reagiu de forma acentuadamente negativa (recessão técnica no terceiro trimestre) ao aumento previsto do imposto sobre o consumo a 1 de abril e ao abrandamento da China. A introdução de medidas de compensação terá permitido a recuperação económica, estimando-se que se tenha registado uma expansão de 0,6% em 2014.

- A nível dos **Países Emergentes (BRICS)**, as expectativas sofreram um reajuste em baixa. As previsões mais recentes do Fundo Monetário Internacional apontam para um crescimento destas economias em torno de 4,4%.

A China apresentou níveis de crescimento sucessivamente menores ao longo do ano, tendo registado um crescimento em torno de 7,4%, o ritmo mais baixo dos últimos 24 anos. Pelo contrário, a Índia terá expandido a um ritmo superior ao do ano anterior, antecipando-se uma taxa de crescimento estimado de 5,8%.

Por seu lado, quer Brasil quer Rússia dececionaram: apesar dos organismos internacionais estimarem variações positivas do *output* (0,1% e 0,6% respetivamente), receia-se que os valores definitivos apontem para contração económica.



2. ENVOLVENTE

A África do Sul terá registado menor crescimento em 2014, estimando-se que o mesmo tenha atingindo uma variação de 1,4%.

No que se refere à **Política Monetária**, o ano de 2014 manteve a tónica nas condições ultra-expansionistas que já se observavam nos anos anteriores e que foram implementadas como reacção à crise económico-financeira que teve origem em 2007/2008.

A grande diferença decorreu da postura da Reserva Federal Americana (FED) em anular gradualmente as medidas extraordinárias de *quantitative easing* e da disponibilidade do Banco Central Europeu, sobretudo a partir de maio/junho, em ponderar uma abordagem semelhante à adotada pelas congéneres FED e Banco da Inglaterra.

Não obstante esta aproximação da política monetária, durante o ano de 2014 o BCE desceu por duas vezes a sua taxa de referência, de 0,25% para 0,05% e introduziu ainda, e pela primeira vez, taxas de absorção negativas. Por seu lado, a Reserva Federal dos Estados Unidos manteve a *Fed Funds Target Rate* no intervalo entre 0% e 0,25%.

O Banco do Japão manteve em 2014 a abordagem extraordinária, pelo que se passou a perspetivar um andamento divergente de políticas monetárias entre estes dois grupos de bancos centrais, refletindo disparidades nos ciclos económicos.

Em linha com a redução da taxa de referência, as taxas Euribor atingiram novos mínimos. Assim, a 31 de dezembro de 2014, as taxas Euribor para os prazos de 3, 6 e 12 meses eram de 0,078% (que compara com 0,287% no final de 2013), 0,171% (vs. 0,389%) e 0,325% (vs. 0,556%). As *yields* diminuíram significativamente nas economias desenvolvidas, enquanto os prémios de risco alargaram em muitas economias emergentes.

Decorrente do anteriormente exposto, pode-se concluir que, em 2014, a economia mundial foi alvo de quatro grandes acontecimentos que condicionaram a atuação tanto dos Governos como da Iniciativa Privada:

- Em primeiro lugar, a queda do preço do petróleo, sobretudo a partir de setembro, em parte devido à inesperada redução da procura em algumas

das maiores economias mundiais. A tendência acentuou-se com a decisão de manter os níveis de produção, por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), apesar do aumento constante da produção pelos produtores não-membros da OPEP, em particular, os Estados Unidos.

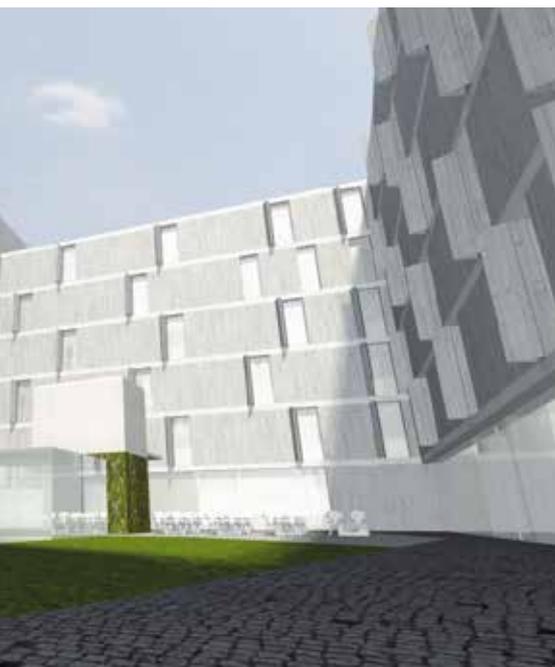
- Em segundo lugar, o crescimento assimétrico das principais economias mundiais. A recuperação nos Estados Unidos e também no Reino Unido foi mais forte do que o esperado, enquanto o desempenho económico em todas as outras grandes economias ficou aquém das expectativas, nomeadamente na China e Japão.

- Em terceiro lugar, a valorização do dólar face às principais moedas, em particular ao euro e iene, e a muitas das moedas dos mercados emergentes, designadamente as de países exportadores de *commodities*.

- Em quarto lugar, as taxas de juros e os *spreads*. Verificou-se um aumento dos *spreads* em muitos mercados emergentes, em especial nos exportadores de *commodities*, e as *yields* dos títulos de dívida pública de longo prazo sofreram uma diminuição nas principais economias, refletindo uma atividade mais fraca.

"... O desemprego diminuiu de forma contínua e acentuada ao longo do período, registando taxas inferiores a 6,0% desde setembro de 2014 ..."





2. ENVOLVENTE

2.2

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO NACIONAL

A evolução da economia portuguesa durante o ano de 2014 foi dominada pelo impacto da conclusão, em maio, do PAEF (Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado com a UE e o FMI). Passados três anos de assistência, a economia portuguesa foi alvo de correções significativas de uma série de desequilíbrios macroeconómicos, tendo sido implementadas medidas de carácter estrutural em diversas áreas.

Neste contexto, após três anos de recessão, Portugal registou em 2014 uma expansão económica, mantendo a trajetória de recuperação já observada desde o segundo semestre de 2013. De facto, as Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2014 apontam para um crescimento homólogo de 0,7% do PIB (1,2% no trimestre precedente).

Assim, em 2014 registou-se um aumento de 0,9% do PIB (-1,4% em 2013), a primeira variação positiva ocorrida desde 2010. Esta evolução resulta da recuperação do consumo privado (+2,2% em 2014 vs. -1,7% em 2013) e do investimento (+2,2% em 2014 vs -6,6% em 2013), assim como da redução do ritmo de contração do consumo público (-0,5% em 2014 vs -1,8% em 2013).

Espera-se uma aceleração da economia no início de 2015 por via do impacto dos baixos preços do petróleo e da desvalorização do euro, conduzindo a um aumento das exportações. O crescimento do PIB deverá ascender a 1,6% em 2015 e 1,7% em 2016.

As mais recentes divulgações dos dados macroeconómicos permitem realçar o seguinte:

- O indicador de **atividade económica** já disponível para o mês de dezembro diminuiu de forma ténue nos últimos dois meses, após estabilizar no valor mais elevado desde julho de 2008. Em dezembro, os Indicadores de Curto Prazo (ICP) apresentaram sinais negativos sobre a evolução da atividade na indústria,

na construção e obras públicas e em alguns setores de serviços.

- As **necessidades líquidas de financiamento** face ao exterior registaram, pelo terceiro ano consecutivo, um excedente. Esta capacidade acrescida de financiamento da economia decorre do aumento da poupança interna e da estabilização do investimento total.

- O **consumo privado** teve um desempenho inesperadamente positivo, sobretudo após o fim do Programa de Assistência Económica e Financeira. O reforço dos níveis de confiança não foi alheio a esta evolução, pelo que no ano de 2014 se registou um crescimento de 2,2% em termos reais (2,6% no terceiro trimestre), fruto de um contributo positivo de ambas as componentes (Bens Duradouros e Bens não Duradouros).

Para o ano de 2015 perspectiva-se uma redução do ritmo de crescimento do consumo privado devido às pressões ainda elevadas de desalavancagem no mercado interno. No entanto, a expectativa de melhoria do mercado de trabalho, o crescimento do rendimento disponível e a baixa pressão inflacionista deverão manter o consumo privado a um bom ritmo, com taxas de crescimento de cerca de 1,8% em 2015 e 1,5% em 2016.

- No ano de 2014, o **investimento privado** registou um crescimento de 2,2%, 1,7% inferior ao observado no terceiro trimestre. O aumento mais significativo ocorreu no segundo e terceiro trimestres (3,5% em média), principalmente nas componentes de máquinas e equipamentos. A alteração do regime de tributação dos rendimentos das empresas, em vigor desde 2014, afetou positivamente o clima de investimento. Esta evolução contrasta claramente com a retração registada nos três anos anteriores.

- Contrariamente ao antecipado, as **exportações lí-**

quidas não contribuíram positivamente para o crescimento económico: as exportações registaram um bom desempenho (diversificação evidente de destinos e de produtos, contribuição crescente dos serviços e, dentro destes, do turismo), ainda que em desaceleração face a 2013, mas as importações acompanharam o maior dinamismo ocorrido na procura interna.

De facto, o aumento da procura interna induziu um aumento das importações em +6,3% face a 2013, claramente superior ao aumento das exportações de apenas +2,6%. Como resultado, as exportações líquidas deram um contributo negativo para o crescimento do PIB de -1,5%. No entanto, os dados mais recentes apontam para o aumento das exportações ao longo de 2015, em sintonia com a procura externa, enquanto a procura interna proporcionará um aumento das importações. Como resultado, o saldo da balança comercial deverá ter uma contribuição positiva para o PIB em 2015 e 2016.

- De acordo com os resultados preliminares do **comércio internacional de bens**, em termos nominais, as exportações aceleraram ligeiramente em dezembro, passando de uma taxa de variação homóloga de 4,3% em novembro para 4,6%, prolongando o acentuado movimento crescente observado desde junho.

As exportações de bens de consumo e de bens intermédios registaram os contributos positivos mais expressivos para a variação homóloga das exportações de bens, enquanto as exportações de combustíveis apresentaram o único contributo negativo.

As importações nominais de bens desaceleraram, passando de uma variação homóloga de 3,8% em novembro para 2,0% em dezembro. As importações de material de transporte e de bens de consumo apresentaram os contributos positivos mais significativos para o crescimento homólogo das importações de bens. Por sua vez, as importações de combustíveis e

de bens intermédios registaram os únicos contributos negativos.

- A **inflação**, refletindo pressões descendentes internas e externas, desacelerou durante o ano tendo, inclusive, registado variações homólogas negativas desde o primeiro trimestre, apesar do aumento do salário mínimo a partir de outubro.

De facto, em 2014 o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** caiu para -0,2%, principalmente devido à forte queda dos preços da energia e ao contributo negativo dos preços dos produtos alimentares não transformados. O índice da componente de bens passou de uma variação média nula em 2013, para -1,1% em 2014 e o índice da componente de serviços registou uma variação média de 0,8% em 2014 (0,7% no ano anterior).

Prevê-se que a inflação possa chegar a valores positivos no segundo semestre de 2015, principalmente por via do aumento do emprego. No entanto, a inflação deverá manter-se baixa, porque o desemprego ainda é elevado e o preço do petróleo está em queda. Contudo, prevê-se que a inflação deverá crescer 0,1% em 2015 e 1,1% em 2016.

- A evolução do mercado de trabalho em 2014 foi menos desfavorável do que em 2013, apesar do nível de desemprego ser ainda muito elevado. O emprego aumentou 1,6% (-2,6% em 2013) e a taxa de desemprego ascendeu a 13,9% (16,2% em 2013), correspondendo a uma população desempregada de 726 mil indivíduos. Não obstante esta evolução, os últimos meses evidenciaram uma inversão da tendência de queda que se registava desde o pico de 17,5% no primeiro trimestre de 2013, o pior momento da crise económica recente. As mais recentes previsões apontam para uma diminuição gradual do desemprego, que deverá rondar os 12,6% em 2016.

- O esforço de **consolidação das contas públicas**

“... Espera-se uma **aceleração da economia no início de 2015** por via do impacto dos baixos preços do petróleo e pela desvalorização do euro, conduzindo a um aumento das exportações ...”

“... O emprego aumentou **1,6% (-2,6% em 2013)** e a taxa de desemprego ascendeu a 13,9% (16,2% em 2013) ...”

2. ENVOLVENTE

mantive-se, com o compromisso de cumprimento das metas assumidas. O défice orçamental terminou o ano em torno de 3,9% do PIB, líquido de medidas *one-off*, com a execução do orçamento a ser caracterizada por uma elevada cobrança de impostos e contenção da despesa. O défice global deverá diminuir ainda mais, prevendo-se um patamar abaixo dos 3,0% do PIB em 2015.

- O **rácio da dívida pública** bruta em relação ao PIB estima-se ter atingido quase 129% no final de 2014, impulsionado por depósitos mais elevados e a depreciação do euro, e deverá cair para 124,5% no final de 2015, apoiado pela expectativa de recuperação económica e pelas operações de redução de dívida. O prémio de risco do país diminuiu, tendo contribuído para esta evolução o esforço de consolidação, a implementação de algumas medidas estruturais e a perspetiva de atuação do BCE.

Decorrente do cenário macroeconómico apresentado, discute-se hoje o grau de sucesso das políticas adotadas no nosso País na sequência da intervenção da «*troika*» na primavera de 2011. A maioria dos analistas continua a afirmar que o problema está no próprio modelo económico que o País foi construindo e que se consolidou com a entrada de Portugal na União Europeia sendo que a posterior entrada na zona euro pôs a descoberto o seu esgotamento e insustentabilidade.

Na realidade, Portugal regista uma forte dependência estrutural da sua economia face ao exterior, expressa por sistemáticos défices comerciais que apenas podem ser compensados quando o que sai do país em termos líquidos para pagar o referido défice for inferior à entrada líquida de capitais e rendimentos vindos de fora.

Neste quadro, as opções a enfrentar são as seguintes:

- Prosseguir no cumprimento das metas acordadas com a *troika* e constantes do Tratado Orçamental, hipotecando o crescimento da economia, através de uma austeridade que se prolongará por várias décadas;
- Fazer do crescimento económico e do serviço da dívida as duas variáveis principais do próprio processo de consolidação orçamental e rever as metas da dívida

(que aliás, nos termos do Tratado Orçamental um grande número de países da Zona Euro não está em condições de cumprir) e as condições de pagamento da mesma.

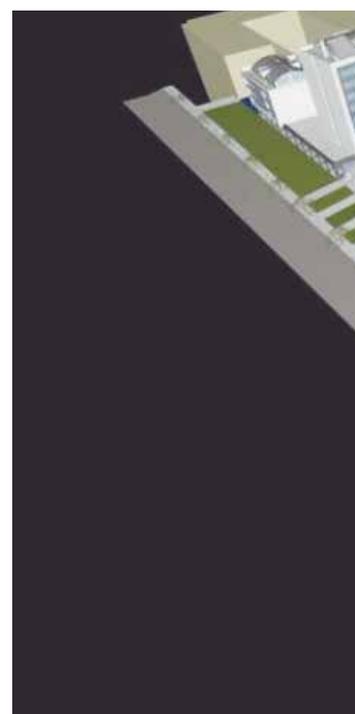
A opção de fazer baixar a dívida num curto espaço de tempo tem um custo para a economia in comportável, pelo que flexibilizar as condições do seu pagamento, desonerando os custos com o serviço da dívida parece ser, claramente, a melhor opção e a única que permite à economia crescer. Crescimento esse que para ser compatível com o reequilíbrio orçamental deverá ser superior, em termos nominais, ao peso dos juros em % do PIB, mantendo o objetivo de obtenção de saldos primários positivos.

Tal como já afirmámos no Relatório de Gestão do ano de 2013, continuamos a entender que para Portugal poder sair da atual situação em que se encontra, seja qual for o modelo que vigorar na relação do nosso País com os credores internacionais, implica:

- Combinar o programa de ajustamento financeiro com um novo ciclo de crescimento económico, o que requer, em primeira instância, mais tempo para a concretização do primeiro objetivo;
- A realização de um programa de efetivas reformas estruturais (não confundir com medidas avulsas cuja única finalidade é a execução da política orçamental) seja a nível da economia, seja a nível do Estado e das restantes Administrações Públicas e cujo horizonte temporal tem que ter uma abrangência de médio prazo.

Só a concretização destes dois propósitos permite compatibilizar crescimento económico com consolidação das contas públicas.

“... A opção de fazer
baixar a dívida num curto
espaço de tempo
tem um custo para a
economia in comportável
...”





2. ENVOLVENTE

2.3

ENVOLVENTE SETORIAL

A. Construção Civil

Os dados já disponíveis para o ano de 2014 revelam que, a nível mundial, a indústria da construção voltou a ganhar ritmo. De facto, a informação recentemente publicada aponta para um aumento da produção de 3,8% em 2015, seguido de um crescimento médio anual de 3,9%, no período 2016-2020.

Esta expansão vem trazer um leque variado de oportunidades para as empresas que investem e operam neste setor de atividade, bem como para os fornecedores de bens e serviços.

No entanto, este crescimento não tem sido uniforme em todo o mundo, nem mesmo em cada região, e os riscos e os desafios continuam a ser muitos.

Em termos gerais, a indústria de construção nos mercados emergentes continuará a crescer a um ritmo muito mais rápido do que nas economias avançadas. Pela primeira vez em 2012, os mercados emergentes foram responsáveis por mais de metade da produção de construção no mundo e, em 2020, estima-se que a sua participação seja de 56%. Para o período de 2016-2020, prevê-se que a indústria da construção nos países desenvolvidos crescerá em média 2,2% ao ano, enquanto nos mercados emergentes este crescimento será de 5,3%.

Em Portugal tem-se vindo a assistir a uma sustentada recuperação da confiança tanto dos operadores domésticos como dos investidores internacionais. Neste contexto, e embora a evolução se mantenha desfavorável, observa-se um claro abrandamento da crise na construção ao longo de 2014. De acordo com os dados recentemente publicados pelo INE, constata-se que:

- O índice de produção na construção apresentou em dezembro de 2014 uma variação homóloga de -5,2%, o que corresponde a 0,6% superior ao observado no mês anterior. Ambos os segmentos desta atividade, Construção de Edifícios e Engenharia Civil, voltaram a

apresentar variações homólogas menos negativas do que no mês anterior. O índice da Construção de Edifícios registou uma variação homóloga de -4,6% (-5,3% em novembro), com um contributo de -2,7% para o índice agregado. O índice de Engenharia Civil diminuiu 6,0% (-6,4% no período anterior) e contribuiu com -2,5% para o total do índice.

- O investimento em construção reduziu-se 3,0%, em termos homólogos, no terceiro trimestre, após uma variação negativa de -5,3% no primeiro semestre;

- O VAB do setor contraiu-se 3,5% no terceiro trimestre, após uma queda de 5,7% ao longo dos primeiros seis meses do ano.

Simultaneamente, alguns indicadores indiciam já uma possível recuperação da atividade no curto prazo:

- O emprego do setor caiu até junho, tendo-se perdido 23,2 mil postos de trabalho, face a igual período do ano anterior, mas recuperou trabalhadores durante o terceiro trimestre, com um acréscimo de 18,5 mil trabalhadores, do segundo para o terceiro trimestre do ano, num contexto de variação líquida positiva do emprego total da economia: mais 50,5 mil novos postos de trabalho, nesse período.

- O valor das obras adjudicadas aumentou 34%, em termos homólogos, ao longo dos primeiros nove meses do ano o que, a traduzir-se rapidamente em obras, terá consequências muito positivas no nível de atividade das empresas que laboram no mercado das obras públicas. No entanto, a perspetiva de evolução do mercado de construção de edifícios não é tão otimista, já que o licenciamento habitacional não cessa de cair (-13% de fogos licenciados até setembro) e a área licenciada para edifícios não residenciais reduziu-se, também até setembro, 4% face ao período homólogo.

Em sentido contrário e a penalizar as empresas, constata-se que:

- No mercado das obras públicas, o montante de obras lançadas a concurso durante os primeiros nove meses de 2014 ascendeu a 1,2 mil milhões de euros, traduzindo uma quebra homóloga de 6,1% face a 2013, ano em que foi registado um crescimento de +18,3% relativamente ao ano anterior.

- O crédito total concedido ao setor tem vindo a reduzir-se acentuadamente (-5,5 mil milhões em 24 meses), enquanto o crédito mal parado continua a aumentar e a responder por uma fatia crescente do total de crédito em incumprimento (34% em setembro último, quando pesava apenas 18% em igual mês de 2012).

Não obstante este cenário do sector da construção civil, o indicador de confiança dos empresários portugueses, ao longo dos primeiros nove meses de 2014, manteve uma variação francamente positiva face à avaliação produzida no período homólogo (saldo acumulado de +38% até setembro de 2014), o que deixa, pelo menos, a esperança de melhores tempos num futuro próximo.

Por outro lado e conforme já foi salientado, o mercado da construção mundial tem vindo a registar um crescimento assinalável, com um enfoque especial em África, no Médio Oriente, nas Américas e na Ásia.

É daí, e em especial do continente Africano, que advém a maior esperança para o futuro das empresas portuguesas do setor.



2.

ENVOLVENTE

B. Imobiliário

A evolução dos indicadores afetos ao setor imobiliário, tanto do lado da procura como do lado da oferta, não deixa quaisquer dúvidas quanto à intensidade da crise com que este setor tem vindo a ser confrontado, sendo o ano de 2009 um dos piores anos para o setor imobiliário mundial.

No caso português, e em comparação com os seus parceiros europeus, apesar de ser inegável que o setor imobiliário foi amplamente fustigado, pode-se porém referir que o facto de não se encontrar em forte expansão como em Espanha e na Irlanda, permitiu que os efeitos da crise do *subprime* se mostrassem menos drásticos, sendo que a posterior crise financeira em Portugal e a necessidade de desalavancagem terá sido o principal fator para a perda de terreno registada no setor a todos os níveis.

De facto, é preciso notar que, num contexto de crise financeira e de fragilidade económica como o ocorrido no período 2009-2014, é expeável que um setor como o imobiliário que, por definição compreende a comercialização de produtos duradouros e de alto valor monetário, registre as maiores perdas em termos de negócio, refletindo-se a maior aversão ao risco na redução da propensão para a compra de bens duradouros e na contração de crédito por parte das famílias.

Não obstante o anteriormente referido, os dados mais recentemente conhecidos indiciam que durante o ano de 2014 assistimos a um forte aumento do volume de investimentos no setor imobiliário, sobretudo, por investidores estrangeiros, incluindo fundos e outros investidores institucionais que, depois de Espanha, centraram as suas atenções em Portugal, elegendo-o como “mercado-alvo”. Esta tendência deve vir a acentuar-se em 2015. Espera-se que ao longo deste ano, o volume de negócios no setor imobiliário possa ultrapassar mil milhões de euros, volume impensável há apenas dois anos.

De entre todas as mudanças e tendências do mercado imobiliário português destacam-se as mais importantes:

- **Enfoque na reabilitação urbana:** assistiu-se a um

crescimento considerável no setor, com um aumento da atividade das empresas dedicadas à reabilitação urbana e consequente aumento do número de propriedades adquiridas.

- **Aumento do investimento imobiliário estrangeiro:** em 2014, para além dos fundos imobiliários tradicionais, assistiu-se a um volume significativo de investimento por parte de investidores chineses e angolanos, no âmbito do programa “*Golden Visa*”. Estes investimentos não se restringiram apenas ao segmento residencial, tendo-se verificado um aumento significativo da procura no segmento de escritórios. Existe a expectativa de que Portugal continue a cimentar o seu lugar como um destino atrativo para europeus aposentados, atraídos pelos preços competitivos do mercado e pelos benefícios fiscais atualmente em vigor no país.

- **Sinais de reversão da tendência de desaceleração da construção:** tal como já anteriormente descrito, a construção continua a ser um setor com um crescimento muito lento, não devendo assistir-se à sua recuperação durante o ano de 2015. No entanto, alguns sinais de retoma da indústria poderão já ser visíveis, sobretudo no setor da reabilitação urbana. Neste setor tem-se verificado uma forte recuperação, com dezenas de projetos em curso.

- **Previsão de queda dos *spreads* bancários:** os *spreads* bancários, que atingiram níveis proibitivos nos últimos anos, tendem a cair ao longo de 2015, por via do aumento da liquidez que se tem registado. Este fator terá um impacto significativo sobre o volume de negócios imobiliários e financiamento de novos projetos.

Decorrente do acima exposto e apesar de ser possível falar de um início de recuperação em 2014, continuamos a entender que tal será relativamente prematuro, sendo que apesar de se observar uma redução no nível de contração nos indicadores de preços, construção, vendas e no volume de crédito, a verdade é que estes continuam a registar quedas em termos homólogos.

Assim, tal como o setor imobiliário tombou num

contexto de recessão económica, é expeável que este volte a crescer apenas num cenário de crescimento económico, sendo que o setor deverá beneficiar numa primeira fase da existência de pelo menos alguma procura acumulada por parte das famílias e dos setores do comércio e dos serviços. Acresce referir, pela positiva, a melhoria dos indicadores de confiança setoriais e a expectativa de que, ao longo do ano de 2015, a envolvente financeira se torne gradualmente menos restritiva.

Assim, a esperada manutenção de níveis baixos de taxas de referência, a expectativa de redução dos *spreads* e de melhoria da atividade económica deverão favorecer a recuperação lenta do setor.

“ ... Para o período de 2016-2020, prevê-se que a indústria da construção nos países desenvolvidos crescerá em média 2,2% ao ano ...”



3.



ATIVIDADE DA EMPRESA EM 2014



3. ATIVIDADE DA EMPRESA EM 2014

3.1

COMERCIAL

3.1.1 Mercado Nacional

Como já foi referido no ponto 2.3, o ano de 2014 mantêve-se, à semelhança de anos anteriores, como um ano profundamente negativo para o setor alargado da construção e obras públicas. Ainda assim, a desaceleração da atividade reduziu-se, sobretudo em alguns nichos de mercado em Lisboa (e.g. reabilitação). Embora a evolução se mantenha desfavorável, **observou-se um claro abrandamento na crise da construção ao longo de 2014, com recuperação do emprego e aumento das obras públicas adjudicadas em termos homólogos.**

Perante este cenário difícil, a **MRG procurou posicionar-se no mercado nacional numa lógica de sustentabilidade em respeito pelo seu legado histórico** no que concerne aos resultados o que, perante o cenário de contínua erosão das margens no setor, provou ser um desafio difícil de ultrapassar.

Assim, a **MRG viu-se obrigada a adequar a sua estratégia às circunstâncias do mercado e da empresa, deslocalizando recursos do Mercado Nacional para o Mercado Internacional e da MRG para a MRG - EQUIPAV, empresa que no universo alargado da família de empresas MRG concentra a atividade de construção.**

Perante a necessidade de uma mais criteriosa preparação técnica e comercial dos concursos públicos e privados e ainda face ao desiderato de antecipar o aparecimento das necessidades de investimento no âmbito da estratégia de diversificação da atividade da empresa, a MRG iniciou em 2014 a sua transformação para uma empresa de soluções integradas a montante e a jusante da construção.

A MRG irá continuar a sua política de seleção de concursos/oportunidades, de desenvolvimento das suas

valências internas e de estabelecimento de parcerias, que permitam encarar com otimismo o futuro. A execução desta estratégia cumpre um papel fundamental na formulação das opções de desenvolvimento futuro.

“... a MRG procurou posicionar-se no mercado nacional, numa lógica de sustentabilidade em respeito pelo seu legado histórico...”

3.1.2 Mercado Externo

Fruto da aposta tempestiva na internacionalização, em 2014 a MRG deslocou vastos recursos para os mercados estratégicos fundamentais. **Foi também a MRG que liderou a reorganização corporativa do Grupo de forma a adequar a sua estrutura de participações e a sua imagem às exigências dos mercados internacionais. Além disso, foi a MRG a preparar os processos de formação e regulamentação inter e intra-societária da atividade das empresas participadas nos mercados externos.**

Com o intuito de reforçar a aposta no mercado Argelino, procedeu-se à criação da MRG, SPA, onde a MRG participa em 24,5% do capital social. Neste mercado, a MRG tem estado a concorrer a diversos tipos de obras públicas e privadas tendo, em 2014, logrado contratualizar a conceção e construção de um complexo imobiliário por 24 milhões de euros. Além disso, a **MRG estabeleceu uma parceria com uma empresa local de renome, com a qual tem procurado assegurar contratos para a conceção-construção de parques industriais junto da ANIREF – entidade pública encarregue deste programa de investimento.** A MRG SPA, conseguiu também ser pré-qualificada para uma *shortlist* de empresas às quais serão agora solicitadas propostas para a intervenção nas fachadas do aglomerado urbano central de Argel. Foi, por todas estas razões, uma aposta extremamente positiva no que concerne à nossa atividade no mercado Argelino.

Numa ótica de concentração e atividade de construção do Grupo na MRG Equipav, foi a esta sociedade vendida a participação na MRG Construction SARL, Sociedade de direito francês, durante o ano de 2014.

Em Moçambique, a MRG colaborou na celebração de uma parceria com um grupo local e no aprofunda-

mento das parcerias já existentes no âmbito da MRG - Construção e Engenharia, S.A., empresa de direito Moçambicano. Prepararam-se, neste mercado, diversos dossiers de projetos, apresentados a entidades públicas e privadas, numa lógica de montagem global do negócio em todas as suas componentes: conceção, construção, financiamento e gestão. **Para o ano de 2015 prevê-se a concretização de alguns desses projetos, sendo de destacar o do Edifício Guanabara, torre de escritórios de 15 pisos, no qual a MRG assegurou um contrato de gestão e montagem de negócio que será executado ao longo de 2015 e 2016.**



3. ATIVIDADE DA EMPRESA EM 2014

3.2

PRODUÇÃO, PLANEAMENTO E CONTROLO

O setor atravessou, é certo, uma fase de forte ajustamento a uma nova realidade, a um novo patamar, agora bem mais reduzido, de encomendas e volume de obras.

Embora a conjuntura continuasse bastante desfavorável, a MRG procurou encontrar as melhores soluções para fazer face a todos os desafios colocados pelas atuais condições do mercado.

Neste contexto, insere-se a decisão da transferência de toda a atividade de construção para a MRG - EQUIPAV.

Assim, e no seguimento dessa decisão estratégica, em 2014 a MRG - Engenharia e Construção ficou a gerir, a nível de Produção, a conclusão de algumas Obras de 2013 bem como as Obras que assegurou durante o ano de 2014 e que ainda passaram para 2015, as quais não puderam ser enquadradas no acordo de cedência com a MRG - EQUIPAV.

Tendo em conta estas circunstâncias, o nível de atividade foi muito diminuto, tendo-se encerrado um conjunto de 5 obras durante o ano de 2014.

Em 2015 continuarão em execução duas obras cuja entidade adjudicatária é a ADRA bem como a Igreja de Algueirão, que foi adjudicada em 2014 e que terminará até setembro de 2015.

Durante o ano de 2014, fruto de tudo o anteriormente referido, a produção atingiu um valor de, aproximadamente, 2.300.000 euros.

OBRAS	PRODUÇÃO 2014
Edifício Administrativo EDP Viseu	€ 63.669,82
Edifício BIOTECH	€ 140.804,62
Requalificação Av. Vasco da Gama - Sines	€ 176.957,65
Requalificação Av. Vasco da Gama - 2.ª Fase	€ 142.862,10
Águas Residuais S.João/S. Vicente Pereira/SIMRIA	€ 220.013,29
Rede Drenagem Águas Residuais 2ª Fase-Talhadas	€ 1.256.296,45
Igreja de Algueirão - Mem Martins	€ 340.938,93
310 Habitações Int Social Achada Limpo-Cabo Verde	€ 706.255,08
Total	€ 3.047.797,94

Fruto da venda do *core business* à MRG - EQUIPAV e da decisão estratégica de focar a Empresa para outros mercados, não apenas em termos geográficos como de setores de atividade, o volume de produção da Organização reduziu substancialmente mas foram feitas algumas apostas e tomadas decisões que se esperam vir a ter resultados num futuro a curto prazo.





3.

ATIVIDADE DA EMPRESA EM 2014

3.3

DESEMPENHO FINANCEIRO

Apresentamos um conjunto de indicadores que caracterizam a estrutura financeira e desempenho da MRG.

• Ativo Líquido

O Ativo Líquido ascendeu a 83,959 milhões de euros, verificando-se um ligeiro decréscimo de 1,90% face ao ano anterior.

• Ativo Corrente

O Ativo Corrente fixou-se, no final do ano, em 38,773 milhões de euros, traduzindo-se numa pequena variação positiva de 1,95%.

• Capitais Próprios

O montante de Capitais Próprios, no final do exercício, totalizava 33,026 milhões de euros, pelo que se verificou um decréscimo de 8,87% face ao ano anterior. Esta variação negativa foi influenciada pelo Resultado Líquido do ano de 2014, sendo que no ponto 3.6 deste Relatório de Gestão estão explicitados os fatos que contribuíram para que a MRG tenha registado prejuízo neste ano.

• Dívida Líquida

A Dívida Líquida decresceu 7,94% relativamente ao ano anterior, tendo-se fixado em 22,249 milhões de euros. No entanto, salienta-se que este valor inclui a contabilização da Transação Judicial outorgada no âmbito da extinção da Oeiras Primus, S.A., pelo que em termos de comparabilidade com os anos anteriores a Dívida Líquida da MRG, S.A. ascendeu a 11,230 milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo de 33,90%.

• Volume de Negócios e Resultados

Tal como já era exetável, no exercício de 2014 o Volume de Negócios decresceu significativamente, tendo-se fixado em 5,632 milhões de euros. Para além da crise que, como já anteriormente mencionado,

continua a afetar o setor da construção civil e obras públicas, esta variação tem como origem quase exclusiva o facto de a MRG ter transferido a partir de meados de 2013 o seu principal *core* de atividade para a MRG – EQUIPAV. Ainda assim importa salientar que, pela primeira vez no seu historial, o Volume de Negócios da MRG contém o montante de 1,021 milhões de euros do Mercado Externo (Sucursal de Cabo Verde).

Como já referido, o Resultado Líquido foi negativo e cifrou-se em 3,066 milhões de euros.

• Meios Libertos

Não obstante o Resultado Operacional do ano de 2014 ser negativo, importa salientar que o mesmo está fortemente influenciado pelo incremento das Provisões do Período, a que acrescem também as Depreciações registadas. Ainda assim, o ano de 2014 registou Meios Libertos negativos no montante de 610,242 milhares de euros, sendo de registar que este facto não pôs em causa o cumprimento atempado de todas as obrigações assumidas pela MRG perante Terceiros.

• Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro fixou-se em 1,173 milhões de euros, o que traduz uma variação negativa de 57,57% face ao ano anterior. Para esta performance contribuiu, essencialmente, a já mencionada Transação Judicial outorgada no âmbito da extinção da Oeiras Primus, S.A.

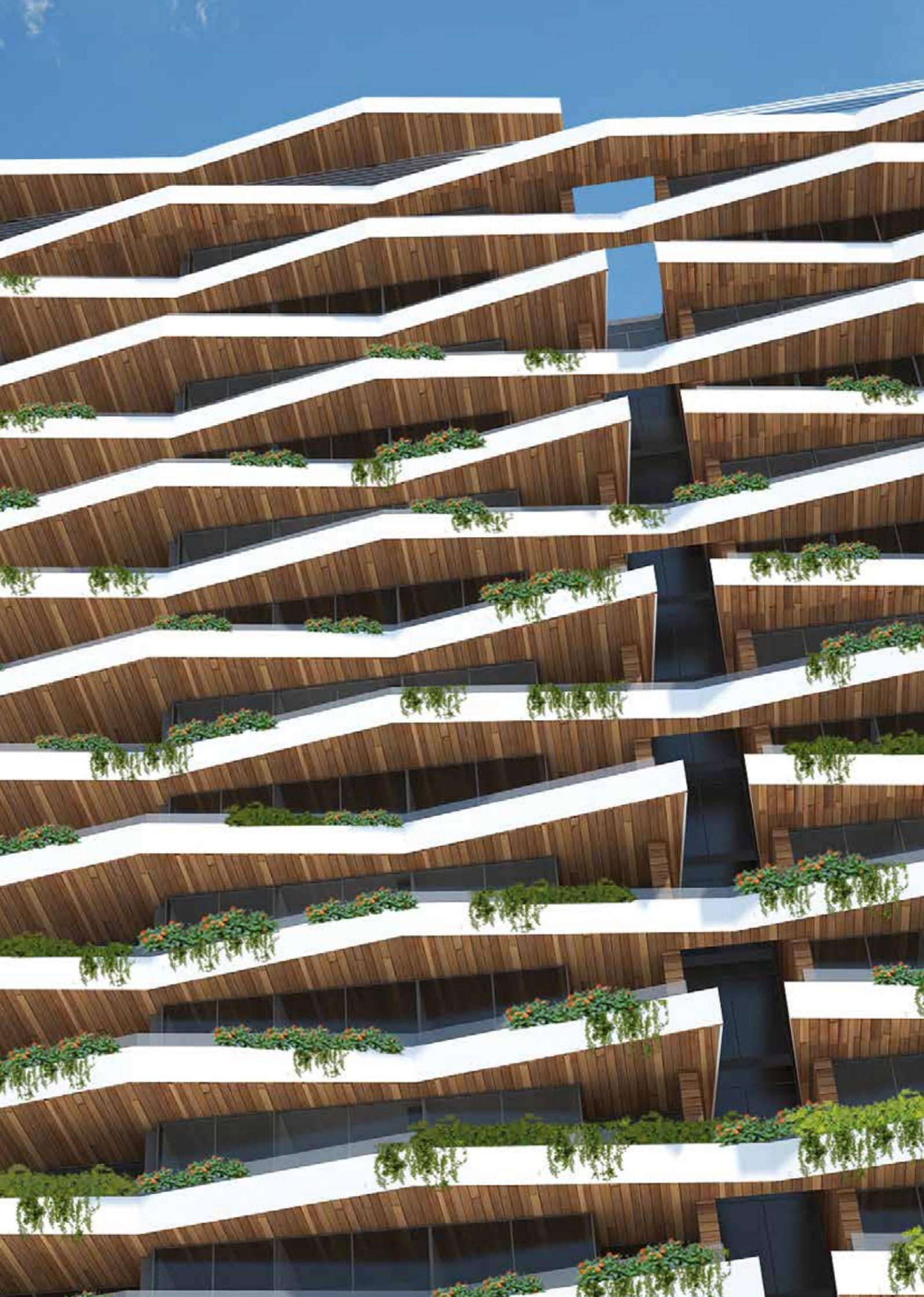
“... pela primeira vez no seu historial, o Volume de Negócios da MRG contém o montante de 1,021 milhões de euros do Mercado Externo ...”

Algumas Rubricas e Indicadores

RUBRICAS (Em €)	2014	2013	2012
Ativo Corrente	38.773.376,28	38.031.703,04	79.664.651,16
Ativo Não Corrente	45.186.491,20	47.556.542,55	12.867.937,40
Total do Ativo	83.959.867,48	85.588.245,59	92.532.588,56
Passivo Corrente	24.311.336,73	19.246.635,67	41.921.709,11
Passivo Não Corrente	26.621.780,69	30.098.505,15	14.788.785,11
Total do Passivo	50.933.117,42	49.345.140,82	56.710.494,22
Capitais Próprios	33.026.750,06	36.243.104,77	35.822.094,34
Vendas e Serviços Prestados	5.631.995,39	39.473.342,71	58.315.091,27
Resultado Operacional	-5.374.866,65	-1.808.769,72	2.672.718,97
Resultado Financeiro	1.173.180,48	2.764.969,36	-844.542,00
Resultado Líquido do Exercício	-3.066.354,71	654.343,93	1.654.709,08

INDICADORES	2014	2013	2012
Liquidez Geral	1,59	1,98	1,90
Liquidez Reduzida	0,65	0,84	1,40
Autonomia Financeira	39,34%	42,35%	38,71%
Solvabilidade	64,84%	73,45%	63,17%
Endividamento	1,54	1,36	1,58
Cobertura do Ativo não Corrente	1,32	1,40	3,93
Meios Libertos (em €)	-610.242,11	-18.298,60	257.114,11
Meios Libertos/Dívida Líquida	2,74%	-0,08%	1,27%
Meios Libertos/Volume de Negócios	-10,84%	-0,05%	0,44%
Rendibilidade das Vendas	N.A.	1,66%	2,84%
Rendibilidade do Ativo	N.A.	-2,11%	2,89%
Rendibilidade do Capital Próprio	N.A.	1,81%	4,62%





3.

ATIVIDADE DA EMPRESA EM 2014

3.4

QUALIDADE, SEGURANÇA E AMBIENTE

A Empresa, através da implementação de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e da Segurança (SIGQS) tem a **oportunidade de evidenciar a Qualidade do seu serviço e a Segurança dos seus Colaboradores, contribuindo para o aumento de satisfação dos Clientes**, o acesso a novos mercados e a redução de custos de funcionamento decorrente da melhoria do desempenho operacional. Por outro lado, implantou-se uma cultura de sensibilização e motivação dos Colaboradores, orientada para a melhoria contínua de todos os seus processos com vista ao aumento da satisfação dos seus Clientes e de todos os seus *stakeholders*.

O processo de certificação do Sistema de Gestão iniciou-se em 2004 e teve o seu epílogo com a Certificação, obtida em 30 de março de 2006, do Sistema de Gestão da Qualidade para as atividades de “Construção, Recuperação e Remodelação de Obras e Edifícios, Obras Públicas, Infraestruturas, Vias de Comunicação e Obra no Domínio Ambiental.”

Este tem sido um processo evolutivo de aperfeiçoamento do trabalho implementado envolvendo todos os seus profissionais.

Assim, em 2007, a MRG iniciou o desenvolvimento do Sistema de Gestão da Segurança, para assegurar resultados de acordo com os requisitos da norma de referência (OHSAS 18001), tendo obtido a sua certificação em junho de 2009.

Fruto da melhoria contínua do seu sistema de gestão, a 27 de maio de 2008, a MRG alcançou mais uma meta, através da extensão do âmbito de certificação, de forma a integrar o requisito 7.3 - Conceção e Desenvolvimento da norma de referência (NPEN ISO 9001). O âmbito de certificação da Empresa passou a contemplar as atividades de “Conceção, Desenvolvimento, Construção, Recuperação e Remodelação

de Obras de Edifícios, Obras Públicas, Infraestruturas, Vias de Comunicação e Obras no Domínio Ambiental.”

Atualmente, a MRG - Engenharia e Construção, S.A. é certificada no Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Segurança de acordo com os referenciais ISO 9001:2008 e OHSAS 18001:2001, **não se limitando a receber uma marca mas sim empenhando-se em contribuir efetivamente para a satisfação dos seus Clientes e diminuição dos riscos laborais, nomeadamente de acidentes e doenças profissionais.**

Regularmente e de acordo com plano previamente elaborado são realizadas auditorias que, para além de serem um dos fatores de garantia da implementação da Política Integrada da Empresa e seus objetivos, são igualmente encaradas como um fator pedagógico importantíssimo, permitindo sensibilizar todos os intervenientes para a importância do cumprimento das normas, regras, procedimentos, legislação e demais prescrições de segurança, qualidade e ambiente.

A manutenção integral do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Segurança é avaliada pela realização de auditorias por equipas externas, tendo a certificação vindo a ser mantida e renovada pela Entidade Certificadora SGS.

A realização de ações de Avaliação da Satisfação do Cliente contribui de forma significativa como indicador da eficácia do Sistema de Gestão, podendo também ser verificada através dos resultados dos índices de sinistralidade da MRG, Engenharia e Construção S.A.

“... tem a oportunidade de evidenciar a Qualidade do seu serviço e a Segurança dos seus Colaboradores ...”

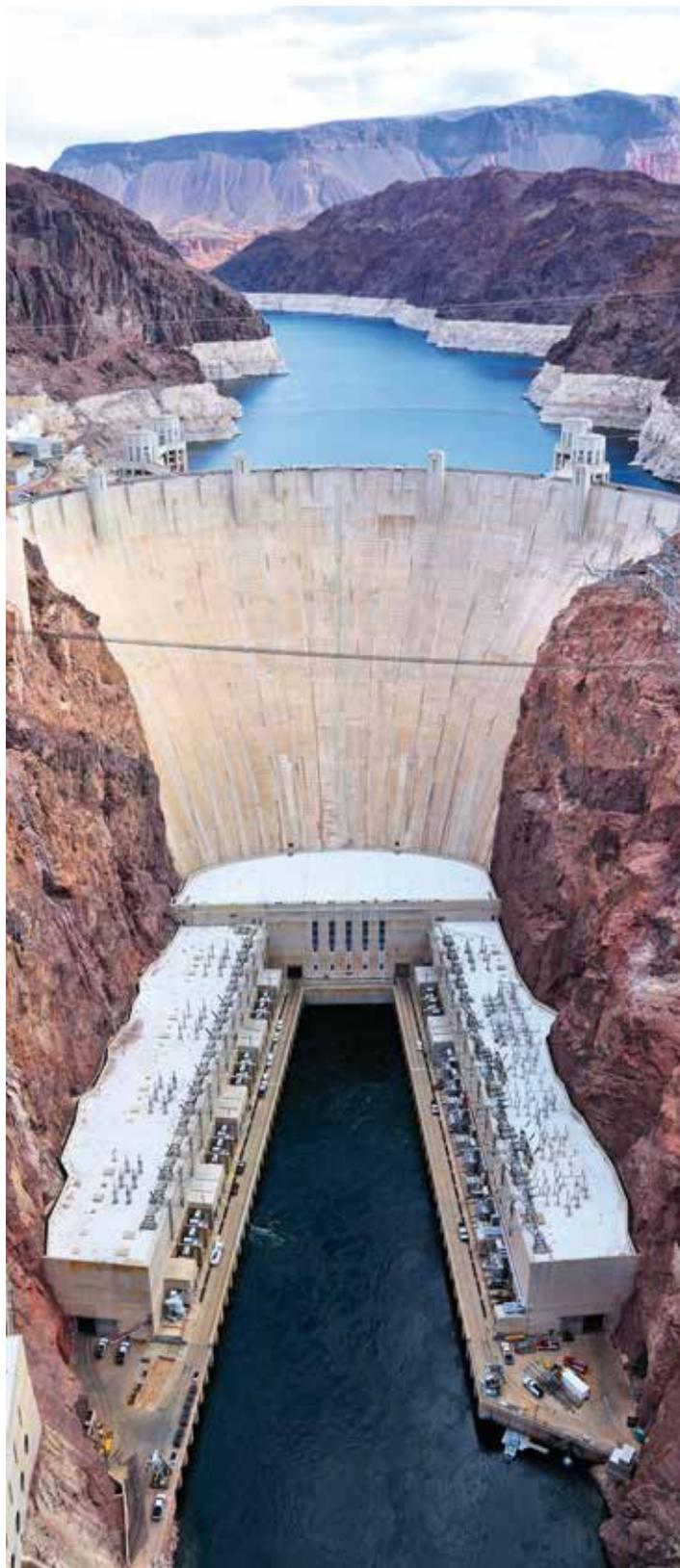
Relativamente ao ano 2014 os valores obtidos foram:

MRG - Engenharia e Construção S.A.

- Índice de Frequência = 0
- Índice de Gravidade = 0
- Índice de Incidência = 0
- Índice de Duração = 0

Nº ACIDENTES	Nº MÉDIO DE TRABALHADORES	Nº DIAS PERDIDOS	Nº ACIDENTES MORTAIS
0	13	0	0

"... contribuir efetivamente para a satisfação dos seus Clientes e diminuição dos riscos laborais ..."



3. ATIVIDADE DA EMPRESA EM 2014

3.5

RECURSOS HUMANOS

No seguimento do programa de reorganização/reestruturação do Grupo MRG e em especial nas Empresas MRG - Engenharia e Construção e MRG - EQUIPAV, em 2014 desenvolveu-se o plano de recursos humanos previsto tendo em conta a transferência do *core business* para a MRG - EQUIPAV, bem como o ajustamento do objeto da MRG Engenharia para o desenvolvimento e montagem de novos negócios, no sentido de passar a ser a empresa responsável pela diversificação do Grupo.

Assim, fez-se o respetivo ajustamento ao longo do ano de 2014, tanto em número como em valor de massa salarial, numa ótica da menor redução possível, mantendo os melhores talentos com um elevado grau de polivalência e de competências.

Neste sentido foi-se desenvolvendo uma empresa flexível onde o rácio de Volume de Negócios/Colaboradores tenha sido sinónimo de respostas rápidas e eficazes.

Pretendeu-se desenvolver uma empresa com a seguinte Visão:

- Ser a base da diversificação do Grupo.
- Ser reconhecida como uma empresa portadora de soluções flexíveis e adaptáveis às necessidades do Cliente, na área do investimento público e privado.
- Focar a atividade nos mercados externos e em especial nos mercados africanos e na entrada em setores de negócio, de forma sustentada, como uma estratégia de longo prazo que privilegie a constância dos *cash flows*.

CATEGORIA	Nº COLAB. Jan - 14	Nº COLAB. Dez - 14
Engenheiros	16	2
Economistas + Outros Quadros Superiores	6	4
Quadros Intermédios	3	1
Encarregados + Chefes de Equipa	2	0
Manobreadores + Motoristas	1	0
Operacionais	1	1
Administrativos	1	1
Prestadores Serviço	12	6
Total	42	15



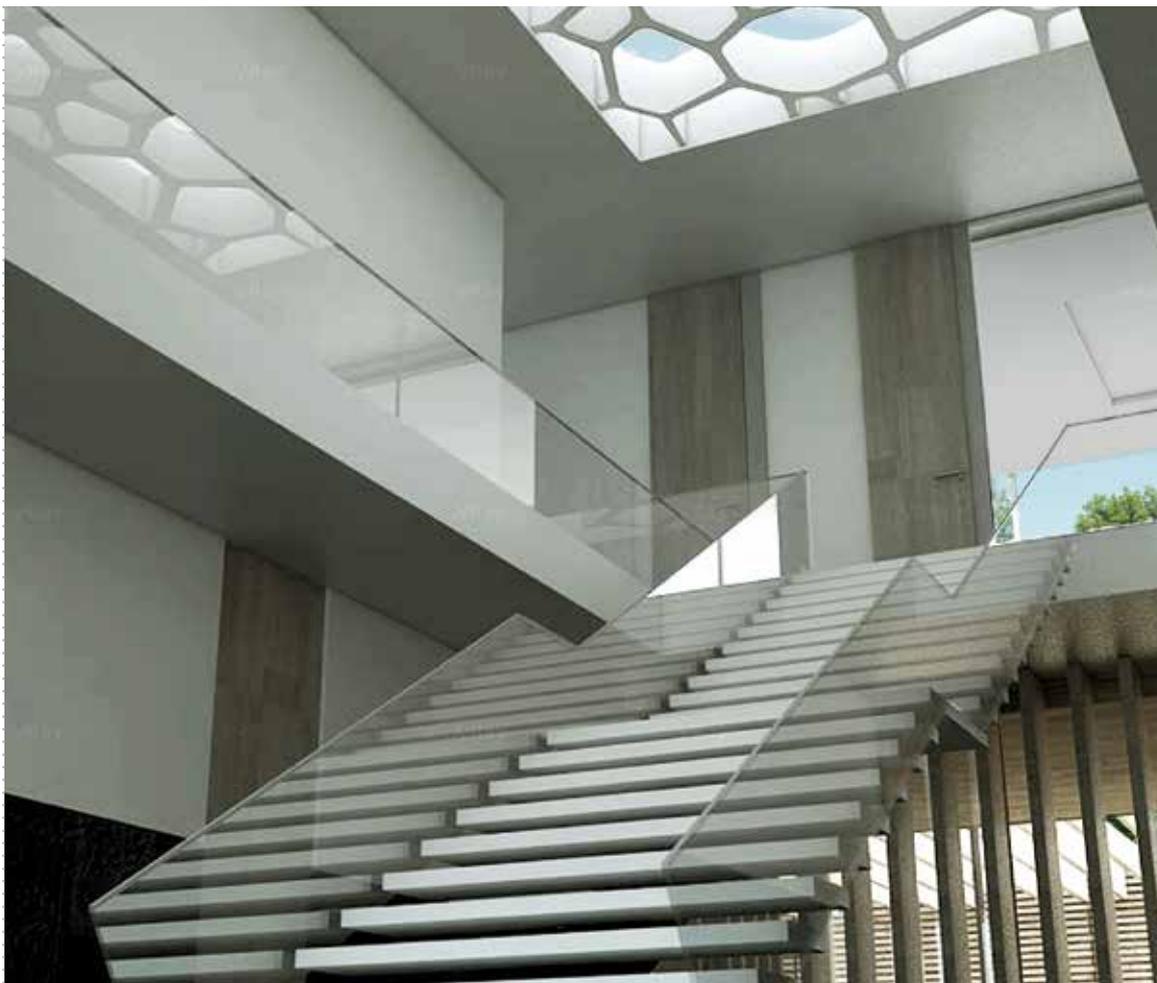
Quadros Superiores



Quadros Médios



Outros Técnicos e Operacionais



3.

ATIVIDADE DA EMPRESA EM 2014

3.6

FACTOS RELEVANTES

No exercício de 2014, a MRG deu continuidade à estratégia de implementação nos mercados considerados como prioritários no **processo de internacionalização**.

Neste contexto, nos mercados da Argélia e Moçambique foram reforçadas as equipas pluridisciplinares que se encontram a operar localmente, de modo a garantir que no decurso do ano de 2015 seja possível a concretização de alguns negócios nesses mercados.

Em setembro de 2014 a MRG realizou um **leilão de equipamentos**. Esta decisão de vender algumas máquinas e viaturas essencialmente utilizadas no subsector das vias de comunicação teve por base a constatação de que, a curto/médio prazo, não se vislumbram novas obras que permitam a adequada utilização desses equipamentos e a subsequente rentabilidade dos mesmos.

Tratou-se, portanto, de uma opção estratégica, sendo que a alternativa seria a continuada degradação desses equipamentos fruto da sua paragem nos estaleiros da Empresa. Importa ainda referir que o preço final de venda dos vários lotes que compunham este leilão foi superior à base de licitação, situação que fica a dever-se ao bom estado em que encontravam esses equipamentos e à postura de não venda a qualquer preço.

Em 2014 a MRG registou um prejuízo que ronda os três milhões de euros. Esta performance negativa, que ocorre pela primeira vez no historial da empresa, já era expetável tendo em conta a evolução da atividade em 2013 e fica a dever-se essencialmente aos seguintes factos:

- Quebra significativa do Volume de Negócios, motivada pela passagem do core de atividade (construção civil) para a MRG EQUIPAV.

ção civil) para a MRG EQUIPAV.

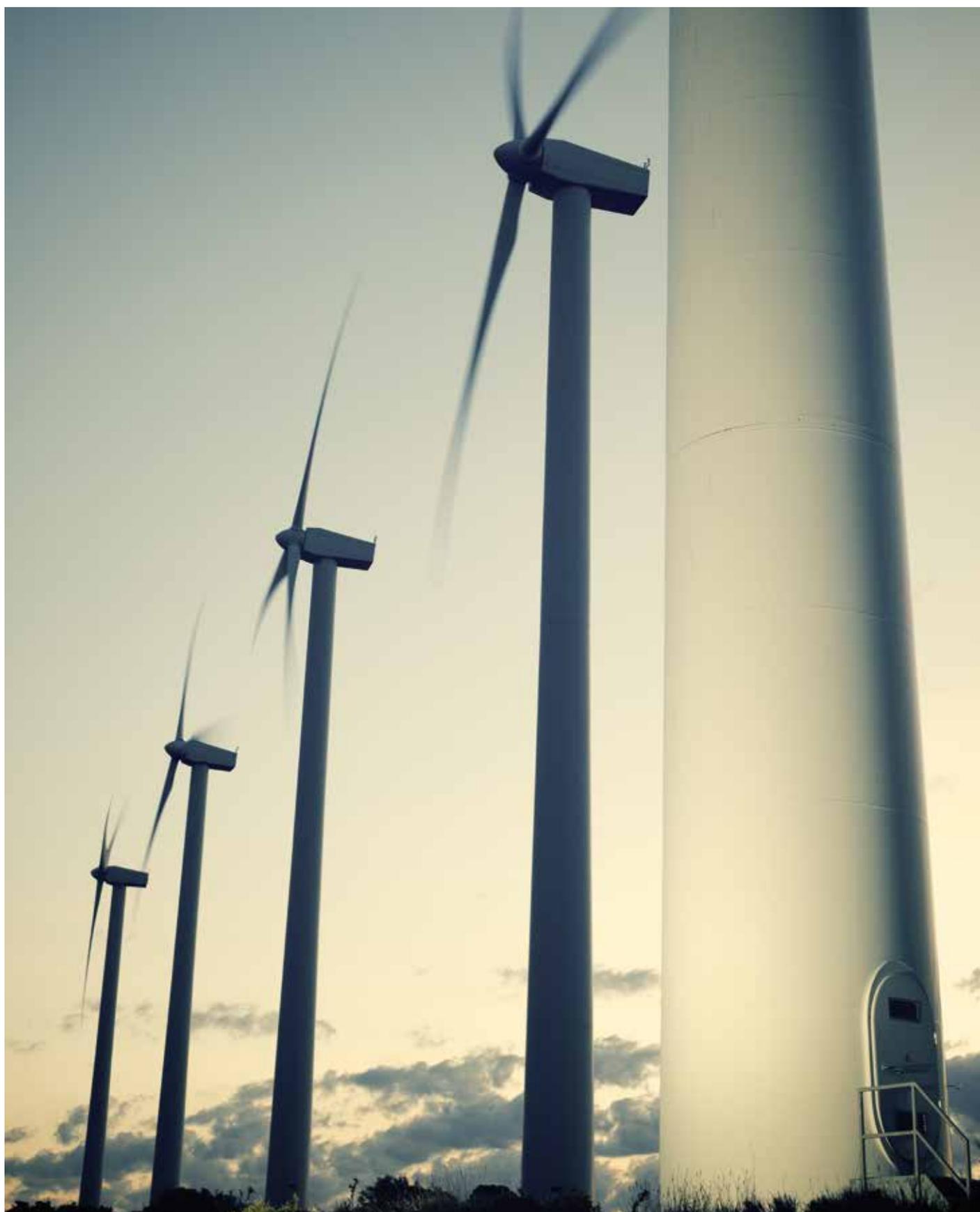
- Significativo reforço das Provisões: no ano de 2014 o reforço de Provisões ascendeu a 4,365 milhões de euros, sendo que em termos líquidos (Reforço - Reversão) esta rubrica situou-se em 3,313 milhões de euros.

- Gastos já expressivos com a implementação nos mercados externos, sendo que a sua recuperação só ocorrerá a curto/médio prazo. Neste contexto, a estratégia adotada para a internacionalização teve como consequência inevitável a redução, mais lenta do que o previsto, em algumas rubricas de Gastos, nomeadamente nos Fornecimentos e Serviços Externos e nos Gastos com o Pessoal.

É nossa firme convicção de que o prejuízo ocorrido no exercício de 2014 assume carácter excecional, pelo que o Conselho de Administração envidará todos os seus esforços para que no ano de 2015 a empresa volte a apresentar Resultados Líquidos positivos.

Já após o encerramento de contas do ano de 2014, importa referenciar que a MRG outorgou com uma Instituição Financeira um Contrato de Cessão de Créditos. Trata-se de uma operação relevante (ronda os 21 milhões de euros) e que terá desde logo como consequência o significativo reforço da Autonomia Financeira e da Solvabilidade da empresa.

“... É nossa firme convicção de que o prejuízo ocorrido no exercício de 2014 assume carácter excecional ...”



4.



PERSPETIVAS FUTURAS



4.

PERSPETIVAS FUTURAS

De acordo com as orientações definidas no Documento Estratégico e Plano de Atividades da empresa, assumem-se como objetivos para 2015:

- A estabilização do modelo de gestão e *governance* do grupo;
- A implantação do seu negócio *core* nos mercados Argelino e Moçambicano;
- A consolidação financeira da empresa de forma a capacitá-la para enfrentar um ciclo de forte investimento na diversificação de sectores e geografias;
- A concretização de oportunidades na área de novos negócios;
- O lançamento de novos projetos de diversificação;
- A implementação de uma nova abordagem ao mercado imobiliário.

Com efeito, as possibilidades abertas, tanto em Portugal, pela dinâmica do mercado imobiliário, como na Argélia e Moçambique, pela expectativa de crescimento económico, tornam possível o desenvolvimento de alguns projetos de grande interesse para o Grupo MRG.

É com este enquadramento que se espera uma estabilização do volume de negócios e uma recuperação gradual do EBITDA da empresa depois do seu decréscimo no ano de 2014, fruto da forte desaceleração do setor da construção e da progressiva transformação da forma de atuação da empresa.

“... pela expectativa de crescimento económico, tornam possível o desenvolvimento de alguns projetos de grande interesse para o Grupo MRG ...”





5.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



5.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos legais e estatutários, propõe que o Resultado Líquido negativo do exercício de 2014, apurado nas Demonstrações Financeiras, no valor de € 3.066.354,71 (três milhões e sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta e quatro euros e setenta e um cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- **Para Resultados Transitados:** € 3.066.354,71 (três milhões e sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta e quatro euros e setenta e um cêntimos).





6.



NOTA FINAL



6.

NOTA FINAL

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento a todos os que, ao longo do exercício de 2014, o apoiaram na prossecução dos objetivos fixados para a Organização:

A : Aos Colaboradores pela dedicação, zelo e profissionalismo;

B : Aos Parceiros de Negócio pela confiança que ao longo dos anos vêm depositando na MRG;

C : Às Instituições Financeiras pela colaboração e confiança, elementos imprescindíveis na concretização dos negócios;

D : Aos Acionistas pelo apoio e confiança demonstrados nos diversos momentos de vida da Organização;

E : Ao Revisor Oficial de Contas pela colaboração profissional prestada.

Coimbra, 09 de março de 2015

O Conselho de Administração

Fernando Manuel Rodrigues Gouveia

Rodolfo Oliveira Gouveia

José Eduardo Loureiro da Silva





7.



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO



7.

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Informação prevista no n.º 5 do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

• **Membros do Conselho de Administração:** Não são acionistas da Sociedade

• **Fiscal Único:** Não é acionista da Sociedade

2. Informação prevista no n.º 4.º do art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTAGEM
MRG - SGPS, S.A.	460.000	92%
Ações Próprias	40.000	8%
Total	500.000	100%

Coimbra, 09 de março de 2015

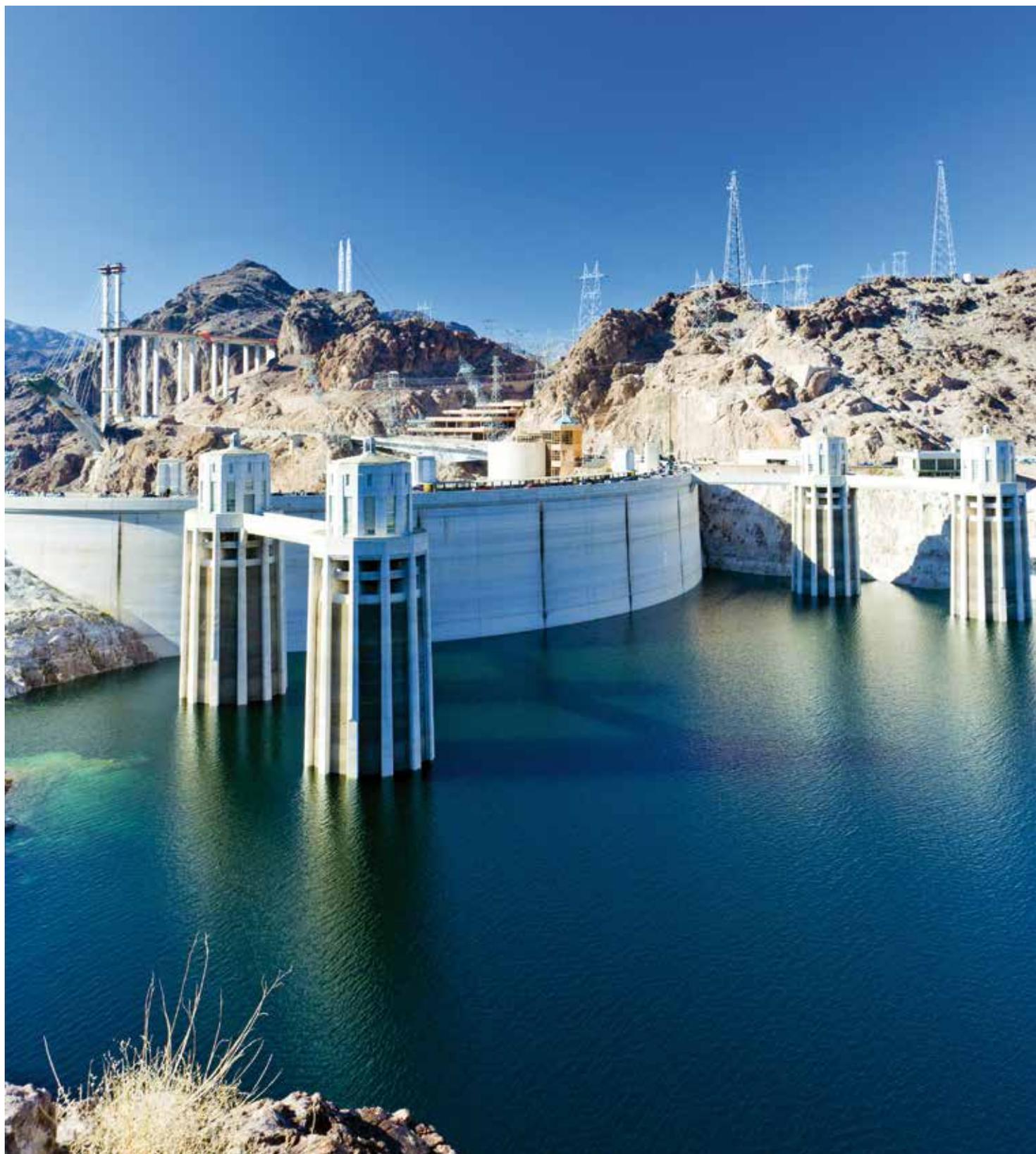
O Conselho de Administração

Fernando Manuel Rodrigues Gouveia

Rodolfo Oliveira Gouveia

José Eduardo Loureiro da Silva





8.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO



8.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2014	31-12-2013
ATIVO			
Ativo não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	6	2.610.725,43	2.802.656,33
Propriedades de Investimento	7	3.908.611,85	4.019.375,50
Participações Financeiras - Outros Métodos	8	3.983.400,53	3.845.916,97
Outros Ativos Financeiros	8	1.165.125,66	1.566.668,07
Ativos por Impostos Diferidos		1.102.006,38	546.003,81
Outras Contas a Receber	9	32.416.621,35	34.775.921,87
		45.186.491,20	47.556.542,55
Ativo Corrente			
Inventários	11	23.078.887,52	21.883.320,81
Clientes	12	6.475.410,64	7.436.796,05
Adiantamentos a Fornecedores	13	55.506,50	0,00
Estados e Outros Entes Públicos	14	480.183,60	270.246,71
Outras Contas a Receber	9	8.173.382,38	7.569.777,44
Diferimentos	15	23.084,94	47.045,34
Ativos Financeiros Detidos para Negociação	4	1.913,51	1.913,51
Caixa e Depósitos Bancários	4	485.007,19	822.603,18
		38.773.376,28	38.031.703,04
Total do Ativo		83.959.867,48	85.588.245,59
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Realizado	16	2.500.000,00	2.500.000,00
Ações (Quotas) Próprias	16	-14.800.000,00	-14.800.000,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio	16	9.100.000,00	9.100.000,00
Reservas Legais	16	629.618,00	629.618,00
Outras Reservas	16	14.867.596,50	14.867.596,50
Resultados Transitados		23.795.890,27	23.291.546,34
		36.093.104,77	35.588.760,84
Resultado Líquido do Período		-3.066.354,71	654.343,93
Total do Capital Próprio		33.026.750,06	36.243.104,77
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	17	8.870.416,35	5.556.464,68
Financiamentos Obtidos	18	13.402.716,31	16.931.851,79
Passivos por Impostos Diferidos		0,00	637.217,03
Outras Contas a Pagar	19	4.348.648,03	6.972.971,65
		26.621.780,69	30.098.505,15
Passivo Corrente			
Fornecedores	20	5.439.604,50	8.808.141,28
Adiantamentos de Clientes	21	1.137.289,23	15.911,65
Estado e Outros Entes Públicos	14	454.747,61	521.199,26
Acionistas/Sócios	22	132.800,00	570.000,00
Financiamentos Obtidos	18	9.331.453,49	8.058.410,30
Outras Contas a Pagar	19	7.815.441,90	902.260,34
Diferimentos	15	0,00	370.712,84
		24.311.336,73	19.246.635,67
Total do Passivo		50.933.117,42	49.345.140,82
Total do Capital Próprio e do Passivo		83.959.867,48	85.588.245,59

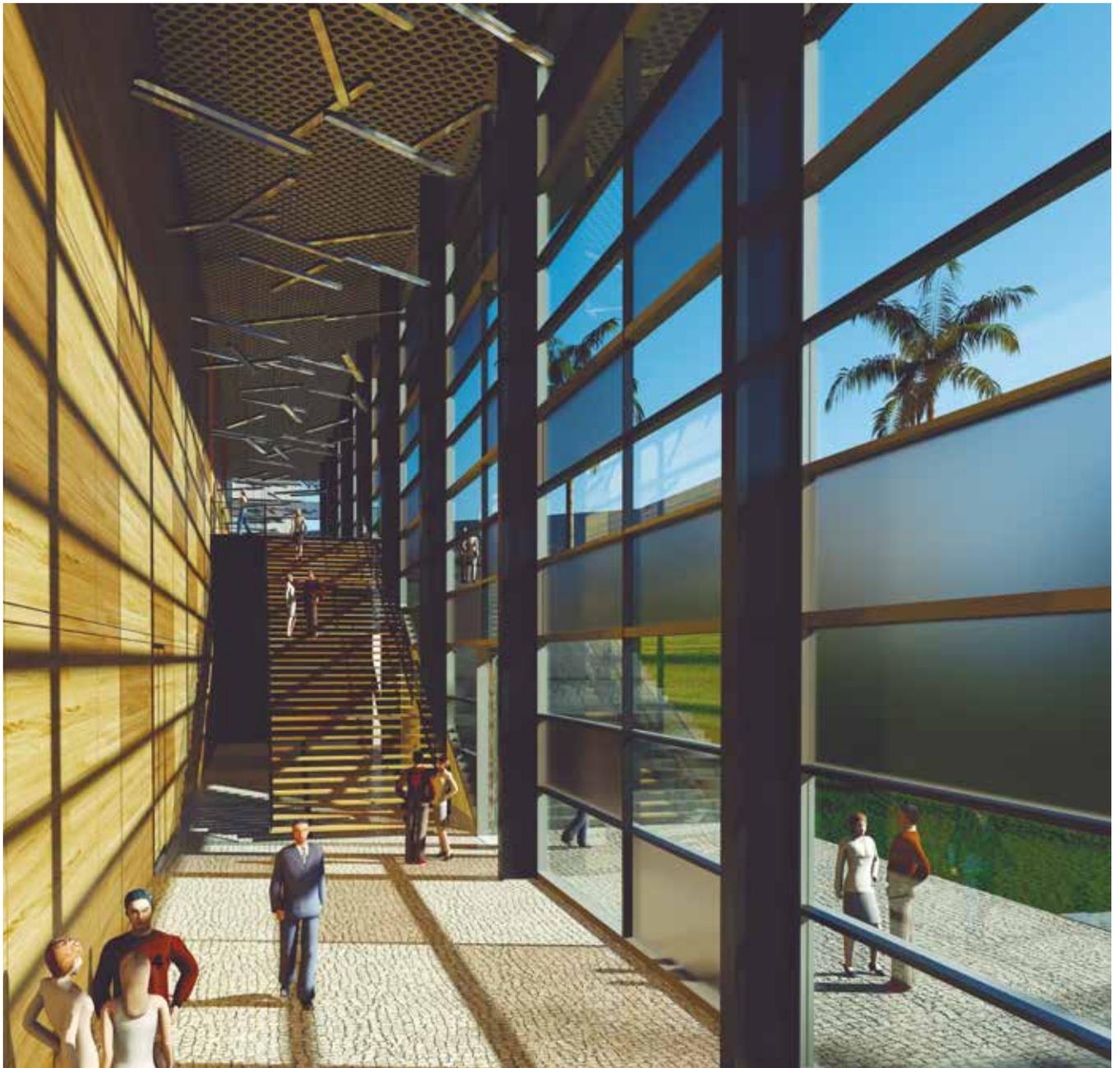
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 2014 E 2013

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2014	2013
Vendas e Serviços Prestados	23	5.631.995,39	39.473.342,71
Subsídios à Exploração		1.903,04	14.958,26
Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	24	-295.818,00	-2.773,49
Varição nos Inventários da Produção	25	256.174,56	800.127,54
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	26	-1.154.885,12	-7.344.625,59
Fornecimentos e Serviços Externos	27	-8.944.842,83	-42.244.489,91
Gastos com o Pessoal	28	-1.471.101,95	-2.500.422,27
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	29	861.331,66	-317.664,77
Provisões (Aumentos/Reduções)	17	-3.313.951,67	1.416.866,34
Imparidade de Investimentos não Depreciáveis/Amortizações (Perdas/Reversões)	30	216.234,85	-12.601,37
Outros Rendimentos e Ganhos	31	3.304.907,30	10.125.526,25
Outros Gastos e Perdas	32	-247.086,44	-803.055,75
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		-5.155.139,21	-1.394.812,05
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	6	-219.727,44	-413.957,67
Resultado Operacional		-5.374.866,65	-1.808.769,72
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	33	2.789.156,91	4.782.608,52
Juros e Gastos Similares Suportados	33	-1.615.976,43	-2.017.639,16
Resultado antes de Impostos		-4.201.686,17	956.199,64
Imposto Sobre o Rendimento do Período	10	1.135.331,46	-301.855,71
Resultado Líquido de Período		-3.066.354,71	654.343,93



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 2014 E 2013

DESCRIÇÃO	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de Clientes	8.503.702,70	47.040.148,04
Pagamentos a Fornecedores	13.479.569,95	50.139.791,35
Pagamentos ao Pessoal	498.093,91	2.649.711,79
Fluxos Gerados pelas Operações	-5.473.961,16	-5.749.355,10
Pagamento de Imposto	501.914,56	1.172.702,51
Outros Recebimentos/Pagamentos Relativos à Atividade Operacional	10.083.732,01	6.158.416,99
Fluxos das Atividades Operacionais (1)	4.107.856,29	-763.640,62
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos de Investimentos		
Investimentos Financeiros	613.981,02	184.335,13
Ativos Tangíveis	10.000,05	83.025,00
Ativos Intangíveis	-	555,00
Juros e Rendimentos Similares	-	-
	623.981,07	267.915,13
Pagamentos de Investimentos		
Investimentos Financeiros	61.250,00	6.749,70
Ativos Tangíveis	4.058,60	12.071,59
	65.308,60	18.821,29
Fluxos das Atividades de Investimento (2)	558.672,47	249.093,84
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos Provenientes de:		
Empréstimos Obtidos	12.438.115,38	41.977.791,42
Juros e Similares	194.620,98	286.272,13
Suprimentos	450.000,00	-
	13.082.736,36	42.264.063,55
Pagamentos Respeitantes a:		
Empréstimos Obtidos	15.087.866,65	38.462.437,83
Amortizações Contratos Locação Financeira	451.035,85	457.856,32
Juros e Custos Similares	1.162.330,03	2.145.872,54
Suprimentos	768.650,00	225.600,00
Aquisição de Ações Próprias/Prestações Suplementares	-	-
Dividendos	617.200,00	30.000,00
	18.087.082,53	41.321.766,69
Fluxos das Atividades de Financiamento (3)	-5.004.346,17	942.296,86
ATIVIDADES DE EFEITO CAMBIAL:		
Pagamentos/Recebimentos de Efeito Cambial		
Recebimentos de Efeito das Diferenças de Câmbio	221,42	465,12
Fluxos das Atividades de Efeito Cambial	221,42	465,12
Varição de Caixa e seus Equivalentes (5) = (1) + (2) + (3) + (4)	-337.595,99	428.215,20
Caixa e seus Equivalentes no Início do Exercício	824.516,69	396.301,49
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Exercício	486.920,70	824.516,69



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2014 E 2013

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE					
	CAPITAL REALIZADO	AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAP. PRÓPRIO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS
2014					
Posição no Início do Período 2014 (6)	2.500.000,00	-200.000,00	9.100.000,00	-14.600.000,00	629.618,00
Alterações no Período					
Primeira Adoção de Novo Referencial Contabilístico					
Alterações de Políticas Contabilísticas					
Diferença de Conversão de Demonstrações Financeiras					
Realização do Excedente de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis					
Excedentes de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis e Respetivas Variações					
Ajustamentos por Impostos Diferidos					
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio					
(7)	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período (8)					
Resultado (9=7+8)					
Operações com Detentores de Capital no Período					
Realização de Capital					
Realizações de Prêmios de Emissão					
Distribuições					
Entradas para Cobertura de Perdas					
Outras Operações					
(10)	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2014 (6+7+8+10)	2.500.000,00	-200.000,00	9.100.000,00	-14.600.000,00	629.618,00
2013					
Posição no Início do Período 2013 (1)	2.500.000,00	-200.000,00	9.100.000,00	-14.600.000,00	630.548,00
Alterações no Período					
Primeira Adoção de Novo Referencial Contabilístico					
Alterações de Políticas Contabilísticas					
Diferença de Conversão de Demonstrações Financeiras					
Realização do Excedente de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis					
Excedentes de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis e Respetivas Variações					
Ajustamentos por Impostos Diferidos					
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio					
(2)	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período (3)					
Resultado (4=2+3)					
Operações com Detentores de Capital no Período					
Realização de Capital					
Realizações de Prêmios de Emissão					
Distribuições					
Entradas para Cobertura de Perdas					
Outras Operações					-930,00
(5)	-	-	-	-	-930,00
Posição no Fim do Período 2013 (1+2+3+5)	2.500.000,00	-200.000,00	9.100.000,00	-14.600.000,00	629.618,00

OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAP. PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAP. PRÓPRIO
14.867.596,50	23.291.546,34	-	-	-	654.343,93	36.243.104,77	-	36.243.104,77
-	654.343,93	-	-	-	-654.343,93	-	-	-
-	654.343,93	-	-	-	-654.343,93	-	-	-
-	-	-	-	-	-3.066.354,71	-3.066.354,71	-	-3.066.354,71
-	-	-	-	-	-3.720.698,64	-3.066.354,71	-	-3.066.354,71
-	-150.000,00	-	-	-	-	-150.000,00	-	-150.000,00
-	-150.000,00	-	-	-	-	-150.000,00	-	-150.000,00
14.867.596,50	23.795.890,27	-	-	-	-3.066.354,71	33.026.750,06	-	33.026.750,06
14.800.000,00	21.936.837,26	-	-	-	1.654.709,08	35.822.094,34	-	35.822.094,34
-	1.654.709,08	-	-	-	-1.654.709,08	-	-	-
-	1.654.709,08	-	-	-	-1.654.709,08	-	-	-
-	-	-	-	-	654.343,93	654.343,93	-	654.343,93
-	-	-	-	-	-1.000.365,15	654.343,93	-	654.343,93
-	-300.000,00	-	-	-	-	-300.000,00	-	-300.000,00
67.596,50	-	-	-	-	-	66.666,50	-	66.666,50
67.596,50	-300.000,00	-	-	-	-	-233.333,50	-	-233.333,50
14.867.596,50	23.291.546,34	-	-	-	654.343,93	36.243.104,77	-	36.243.104,77

8.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

8.1

INTRODUÇÃO

A MRG - Engenharia e Construção, S.A., com sede social na Zona Industrial da Abrunheira, Lotes 9 e 10, Vila Chã, 6270-186 Seia, (MRG ou Empresa), foi constituída em 31 de dezembro de 1977 e tem como atividade principal as empreitadas de obras públicas e privadas e atividades com elas conexas. Na presente data exerce as suas atividades no Continente e em Cabo Verde através da MRG, S.A. – Sucursal CV.

Todos os movimentos relativos à Sucursal encontram-se evidenciados separadamente nas notas do Balanço e da Demonstração dos Resultados. Os valores em causa são expressos em euros, tendo sido convertidos à taxa de câmbio fixa de 110,265 CVE = 1 €.

8.2

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

As Normas Contabilísticas de Relato Financeiro foram adotadas pela primeira vez para os períodos económicos encerrados a partir de 1 de janeiro de 2010, pelo que de acordo com o estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, devem ser reconhecidos os efeitos reportados à data de transição para as NCRF.

Na preparação das Demonstrações Financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

- **Pressuposto da Continuidade**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade,

os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- **Regime da Periodização Económica (Acréscimo)**

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por Acréscimos de Rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por Acréscimos de Gastos”.

- **Materialidade e Agregação**

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das Demonstrações Financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das Demonstrações Financeiras.

- **Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- **Comparabilidade**

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2013.

8.2.2 DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

8.3

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram as seguintes:

8.3.1 ATIVOS TANGÍVEIS

Os Ativos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado pelo método das quotas constantes de uma forma consistente de período para período.

As Taxas de Amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	NÚMERO DE ANOS
Edifícios e Outras Construções	40
Equipamento Básico	3-8
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	3-8

As despesas de manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registadas como gastos do período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo reconhecido em resultado do exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

8.3.2 LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o ativo fixo tangível,

as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

8.3.3 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As Propriedades de Investimento compreendem edifícios detidos para obter rendimento e não para uso ou para venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades são registadas ao custo de produção, deduzido de depreciações.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem nos respetivos itens de gastos.

8.3.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os Ativos Intangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

8.3.5 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os Investimentos Financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

8.3.6 IMPARIDADES

À data de relato, sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação da imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

8.3.7 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 23% sobre a matéria coletável. Acresce ainda a Derrama estadual à taxa de 3% que incide sobre o lucro tributável superior a € 1.500.000,00 e inferior a € 7.500.000,00. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 - Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

8.3.8 INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos de produção considerados como normais.

Não incluem gastos de financiamento nem gastos administrativos.

8.3.9 CLIENTES E OUTROS VALORES A RECEBER

As contas de "Clientes" e "Outros Valores a Receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de "Perdas de Imparidade Acumuladas", para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de "Clientes" e "Outros Valores a Receber" de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se essa evidência for objetiva e quantificável, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. Caso ocorra a cessão parcial ou total do risco de recuperabilidade, é reconhecida a reversão.

8.3.10 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O montante incluído na rubrica "Caixa e Depósitos Bancários" é composto pelo dinheiro em caixa e pelos valores de depósitos à ordem. Os descobertos de contas de depósitos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos Obtidos", expressos no passivo corrente, e que correspondem a cheques em trânsito.

Os ativos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

8.3.11 PROVISÕES

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data do relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

8.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

8.3.12 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registradas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

8.3.13 FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS

Os empréstimos são registrados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registrados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

8.3.14 RÉDITO

O Rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

A Empresa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

8.3.15 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no Anexo às Demonstrações Financeiras.

8.3.16 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das Demonstrações Financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das Demonstrações Financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 incluem:

- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões.





8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

8.4

FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A 31 de dezembro de 2014 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários em 31 de dezembro de 2014 e 2013 detalha-se conforme se segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Numerário	1.788,26	3.436,93
Depósitos Bancários	468.514,28	819.166,25
Depósitos Bancários - Sucursal	14.704,65	-
	485.007,19	822.603,18
OUTRA INFORMAÇÃO		
Ativos Financeiros Detidos para Negociação	1.913,51	1.913,51
	486.920,70	824.516,69

Os montantes relativos a Participações Financeiras liquidados por meio de Caixa e seus Equivalentes no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram como segue:

MONTANTES PAGOS	2014
Aquisições/Constituições	61.250,00
	61.250,00
MONTANTES RECEBIDOS	
Alienações	-
Outros	613.981,02
	613.981,02



8.5

ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2014 não existiram correções de erros materiais de exercícios anteriores.



8.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

8.6

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta Rubrica é analisada com o detalhe seguinte:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Valor Bruto:		
Terrenos e Recursos Naturais	114.179,27	114.179,27
Edifícios e Outras Construções	2.862.938,40	2.862.938,40
Equipamento Básico	1.041.377,28	2.787.641,74
Equipamento de Transporte	510.585,38	1.036.084,04
Equipamento Administrativo	1.532.554,69	1.538.466,37
Outros Ativos Fixos Tangíveis	102.646,10	118.555,50
	6.164.281,12	8.457.865,32
Depreciação Acumulada e Imparidade		
Depreciação do Período	-108.963,79	-303.194,04
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	-3.444.591,90	-5.352.014,95
Perdas por Imparidade do Período	-	-
Perdas por Imparidade de Períodos Anteriores	-	-
	-3.553.555,69	-5.655.208,99
Valor Líquido Contabilístico	2.610.725,43	2.802.656,33

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos Fixos Tangíveis bem como nas respetivas Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade Acumuladas, foi o seguinte:

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL
2014							
Ativos							
Saldo Inicial	114.179,27	2.862.938,40	2.787.641,74	1.036.084,04	1.538.466,37	118.555,50	8.457.865,32
Aquisições	-	-	6.500,00	-	-	-	6.500,00
Alienações	-	-	1.752.764,46	525.498,66	5.911,68	15.909,40	2.300.084,20
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	114.179,27	2.862.938,40	1.041.377,28	510.585,38	1.532.554,69	102.646,10	6.164.281,12
Amortizações Acumuladas							
Saldo Inicial	-	366.070,17	2.690.412,28	969.583,90	1.511.255,33	117.887,31	5.655.208,99
Amortizações do Exercício	-	56.543,28	27.348,44	12.374,99	12.028,94	668,14	108.963,79
Alienações	-	-	1.709.172,05	479.623,96	5.911,68	15.909,40	2.210.617,09
Saldo Final	-	422.613,45	1.008.588,67	502.334,93	1.517.372,59	102.646,05	3.553.555,69
Ativos Líquidos	114.179,27	2.440.324,95	32.788,61	8.250,45	15.182,10	0,05	2.610.725,43
2013							
Ativos							
Saldo Inicial	114.179,27	2.862.938,40	3.125.093,29	1.743.808,42	1.538.466,37	118.555,50	9.503.041,25
Aquisições	-	-	12.756,25	-	-	-	12.756,25
Alienações	-	-	350.207,80	707.724,38	-	-	1.057.932,18
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	114.179,27	2.862.938,40	2.787.641,74	1.036.084,04	1.538.466,37	118.555,50	8.457.865,32
Amortizações Acumuladas							
Saldo Inicial	-	309.526,89	2.865.433,45	1.586.047,90	1.448.135,51	117.176,33	6.326.320,08
Amortizações do Exercício	-	56.543,28	91.559,58	91.260,38	63.119,82	710,98	303.194,04
Alienações	-	-	266.580,75	707.724,38	-	-	974.305,13
Saldo Final	-	366.070,17	2.690.412,28	969.583,90	1.511.255,33	117.887,31	5.655.208,99
Ativos Líquidos	114.179,27	2.496.868,23	97.229,46	66.500,14	27.211,04	668,19	2.802.656,33

À data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor dos Ativos Fixos Tangíveis financiados por Contratos de Locação Financeira apresenta-se como se segue:

RUBRICA	VALOR BRUTO	DEPRECIÇÃO / IMPARIDADE	VALOR LÍQUIDO	CAPITAL EM DÍVIDA
31-12-2014				
Edifícios e Outras Construções	2.789.753,51	-390.565,49	2.399.188,02	1.633.212,54
Equipamento Básico	351.510,00	-279.948,52	71.561,48	90.949,04
Equipamento de Transporte	43.425,04	-35.175,04	8.250,00	9.853,89
	3.184.688,55	-705.689,05	2.478.999,50	1.734.015,47
31-12-2013				
Edifícios e Outras Construções	2.789.753,51	-334.770,42	2.454.983,09	1.812.298,87
Equipamento Básico	585.293,50	-458.434,12	126.859,38	225.421,58
Equipamento de Transporte	220.104,01	-170.604,01	49.500,00	73.912,07
	3.595.151,02	-963.808,55	2.631.342,47	2.111.632,52

O total futuro dos pagamentos mínimos apresenta-se como se segue:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013
	Capital em Dívida	Capital em Dívida
Menos de um ano	255.031,41	309.387,17
Entre um e cinco anos	950.843,08	1.084.354,25
Mais de cinco anos	528.140,98	717.891,10
	1.734.015,47	2.111.632,52



8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

8.7

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As Propriedades de Investimento são registradas ao custo de produção/aquisição acrescido de dispêndios diretamente atribuíveis deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Esta Rubrica é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Parque Estacionamento	4.365.697,09	4.365.697,09
Apartamento	108.081,53	108.081,53
	4.473.778,62	4.473.778,62
Depreciação Acumulada e Imparidade		
Depreciação do Período	-110.763,65	-110.763,63
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	-454.403,12	-343.639,49
Perdas por Imparidade do Período	-	-
Perdas por Imparidade de Períodos Anteriores	-	-
	-565.166,77	-454.403,12
Valor Líquido Contabilístico	3.908.611,85	4.019.375,50

Os movimentos na Rubrica Propriedade de Investimento, durante o ano 2014, são analisados como segue:

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	ADIÇÕES RESULTANTES DE AQUISIÇÕES	ADIÇÕES RESULTANTES DE DISPÊNDIO SUBSEQUENTE	DEPRECIAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS PARA E DE INVENTÁRIOS	SALDO FINAL
Edifícios	4.019.375,50	-	-	-110.763,65	-	3.908.611,85
	4.019.375,50	-	-	-110.763,65	-	3.908.611,85



8.8

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

O detalhe desta Rubrica é analisado como segue:

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	31-12-2014			31-12-2013		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Investimentos em Subsidiárias						
Intergreb-Engenharia, Construção e Obras Públicas, S.A.	100.000,00		100.000,00	100.000,00		100.000,00
Campiscinas - Desenv. e Implementação Piscinas, S.A.	25.500,00		25.500,00	25.500,00		25.500,00
Mafreduca, S.A.	51.000,00		51.000,00	51.000,00		51.000,00
Paceteg, S.A.	51.000,00		51.000,00	51.000,00		51.000,00
Cister - Equipamentos Educativos, S.A.	25.500,00		25.500,00	25.500,00		25.500,00
Armamar Viva, S.A.	25.500,00		25.500,00	25.500,00		25.500,00
Pro-Vila Verde, S.A.	51.000,00		51.000,00	51.000,00		51.000,00
Odivelas Viva-Construção e Manutenção de Equipamentos, S.A.	25.500,00		25.500,00	25.500,00		25.500,00
Quinta Monte Leopoldo Empr.Turisticos e Imob., S.A.	3.112.412,54		3.112.412,54	3.112.412,54		3.112.412,54
Oeiras Expo, S.A.	25.500,00		25.500,00	25.500,00		25.500,00
Gouveinova, S.A.	25.500,00		25.500,00	25.500,00		25.500,00
MRG Construction, S.A.R.L.				99.000,00		99.000,00
Sociedade Edifício Guanabara, S.A.	1.283,56		1.283,56			
	3.519.696,10	-	3.519.696,10	3.617.412,54	-	3.617.412,54
Investimentos em Associadas						
Oeiras Primus, S.A	18.500,00		18.500,00	18.500,00		18.500,00
Gaventur - Gouveia Aventura e Turismo, S.A.				9.800,00		9.800,00
Luz do Mondego, S.A.	22.499,00		22.499,00	22.499,00		22.499,00
MRG SPA	245.000,00		245.000,00			
	285.999,00	-	285.999,00	50.799,00	-	50.799,00
Investimentos Noutras Empresas						
Beiragás	134.675,43		134.675,43	134.675,43		134.675,43
PLIE Guarda - Gest Adm Plat Log Ini Empr Guarda,S.A.	2.500,00		2.500,00	2.500,00		2.500,00
SPGM - Sociedade de Investimento, S.A.	5.000,00		5.000,00	5.000,00		5.000,00
Norgarante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	18.790,00		18.790,00	18.790,00		18.790,00
AEIC - Associação p/ Empreendedorismo e Inovação do Centro				10.000,00		10.000,00
Garval Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	5.870,00		5.870,00	5.870,00		5.870,00
Lisgarante Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	10.870,00		10.870,00	10.870,00		10.870,00
Banco Privado Português	1.947.597,14	-783.264,49	1.164.332,65	2.556.089,47	-999.499,34	1.556.590,13
Outros Investimentos Financeiros - FCT e FCGT	793,01		793,01	77,94		77,94
	2.126.095,58	-783.264,49	1.342.831,09	2.743.872,84	-999.499,34	1.744.373,50
	5.931.790,68	-783.264,49	5.148.526,19	6.412.084,38	-999.499,34	5.412.585,04

8.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o movimento ocorrido na rubrica Participações Financeiras, incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	ADIÇÕES	ALIENAÇÕES	OUTRAS ALTERAÇÕES	SALDO FINAL
Investimentos em Subsidiárias					
Intergreb-Engenharia, Construção e Obras Públicas, S.A.	100.000,00				100.000,00
Campiscinas - Desenv. e Implementação Piscinas, S.A.	25.500,00				25.500,00
Mafreduca, S.A.	51.000,00				51.000,00
Paceteg, S.A.	51.000,00				51.000,00
Cister - Equipamentos Educativos, S.A.	25.500,00				25.500,00
Armamar Viva, S.A.	25.500,00				25.500,00
Pro-Vila Verde, S.A.	51.000,00				51.000,00
Odivelas Viva-Construção e Manutenção de Equipamentos, S.A.	25.500,00				25.500,00
Quinta Monte Leopoldo Empr.Turisticos e Imob., S.A.	3.112.412,54				3.112.412,54
Oeiras Expo, S.A.	25.500,00				25.500,00
Gouveinova, S.A.	25.500,00				25.500,00
MRG Construction, S.A.R.L.	99.000,00	193.000,00	6.132,00	285.868,00	-
Sociedade Edifício Guanabara		1.283,56			1.283,56
	3.617.412,54	194.283,56	6.132,00	285.868,00	3.519.696,10
Investimentos em Associadas					
Oeiras Primus, S.A.	18.500,00				18.500,00
Gaventur - Gouveia Aventura e Turismo, S.A.	9.800,00			9.800,00	-
Luz do Mondego, S.A.	22.499,00				22.499,00
MRG SPA		245.000,00			245.000,00
	50.799,00	245.000,00	-	9.800,00	285.999,00
Investimentos Noutras Empresas					
BeiraGás	134.675,43				134.675,43
PLIE Guarda - Gest Adm Plat Log Ini Empr Guarda, S.A.	2.500,00				2.500,00
SPGM - Sociedade de Investimento, S.A.	5.000,00				5.000,00
Norgarante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	18.790,00				18.790,00
AEIC - Associação p/ Empreendedorismo e Inovação do Centro	10.000,00			10.000,00	-
Garval Sociedade de Garantia Mutua, S.A.	5.870,00				5.870,00
Lisgarante Sociedade de Garantia Mutua, S.A.	10.870,00				10.870,00
Banco Privado Português	2.556.089,47			608.492,33	1.947.597,14
Outros Investimentos Financeiros - FCT e FCGT	77,94	715,07			793,01
	2.743.872,84	715,07	-	618.492,33	2.126.095,58
	6.412.084,38	439.998,63	6.132,00	914.160,33	5.931.790,68
Imparidades	999.499,34			-216.234,85	783.264,49
	999.499,34			-216.234,85	783.264,49
	5.412.585,04	439.998,63	6.132,00	697.925,48	5.148.526,19

8.9

OUTRAS CONTAS A RECEBER

O detalhe desta Rubrica é analisado como segue:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013
Ativo Corrente		
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	186.418,04	192.736,91
Devedores por Acréscimos de Rendimentos - Sucursal	512.073,14	-
	698.491,18	192.736,91
Outros Devedores		
Retenções de Clientes	-	786,30
Juros de Mora	752.023,30	653.218,32
Empresas com Ligações	956.966,77	838.390,49
Devedores - Pré-Contencioso	1.581.543,34	1.289.672,84
Devedores - Contencioso	60.573,10	-
Devedores Diversos	5.798.103,81	5.935.311,39
Devedores Diversos - Sucursal	138.873,14	-
Pessoal	17.159,59	33.417,02
Pessoal - Sucursal	9.774,72	-
Saldos Devedores de Fornecedores	15.832,58	27.608,02
	9.330.850,35	8.778.404,38
Imparidade do Período	-454.595,30	-452.076,69
Imparidade de Períodos Anteriores	-1.401.363,85	-949.287,16
	-1.855.959,15	-1.401.363,85
Total Ativo Corrente	8.173.382,38	7.569.777,44
Ativo não Corrente		
Outros Devedores		
Juros de Mora	-	49.609,24
Empresas com Ligações	358.199,13	299.805,27
Débitos a Fornecedores	297.647,87	106.725,72
Devedores Diversos	23.392.191,15	26.673.394,31
	24.048.038,15	27.129.534,54
Clientes com Acordos	8.368.583,20	7.646.387,33
Total Ativo Não Corrente	32.416.621,35	34.775.921,87







8.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

8.10

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal.

A reconciliação entre o Resultado Antes de Impostos e o gasto com Impostos Sobre o Rendimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013
Resultados Antes de Impostos	-4.201.686,17	956.199,64
Imposto Corrente	57.888,14	489.631,76
Imposto Diferido	-1.193.219,60	-187.776,05
Imposto Sobre o Rendimento do Período	-1.135.331,46	301.855,71
Tributações Autônomas	57.888,14	57.185,52
Taxa Efetiva de Imposto	-	31,57%

8.11

INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Mercadorias	17.482.116,72	17.482.116,72
Produtos Acabados e Intermédios	1.772.200,36	1.785.915,06
Produtos e Trabalhos em Curso	2.829.726,17	2.559.836,91
Adiantamentos por Conta de Compras	-	55.452,12
Adiantamentos por Conta de Compras - Sucursal	994.844,27	-
	23.078.887,52	21.883.320,81
Imparidades Acumuladas		
Imparidades do Período	-	-
Imparidades de Períodos Anteriores	-	-
	-	-
Valor Líquido Contabilístico	23.078.887,52	21.883.320,81

:8.12

CLIENTES

A Rubrica de Clientes é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013
Clientes c/c		
Gerais	3.382.875,98	4.516.914,80
Gerais - Sucursal	158.820,62	-
Empresas Mãe	3.500,00	-
Empresas Associadas	1.671.154,35	654.628,97
Clientes <i>Factoring</i>	652.736,62	1.366.710,25
Clientes Cobrança Duvidosa	6.264.973,14	7.589.050,10
Clientes Com Retenções	606.322,87	898.542,03
	12.740.383,58	15.025.846,15
Imparidade Acumulada		
Perdas por Imparidade do Período	1.324.076,96	-226.768,08
Perdas por Imparidade de Períodos Anteriores	-7.589.050,10	-7.362.282,02
	-6.264.973,14	-7.589.050,10
Valor Líquido Contabilístico	6.475.410,44	7.436.796,05

Os movimentos das Perdas por Imparidade são analisados no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	PERDAS	UTILIZAÇÃO	REVERSÕES	SALDO FINAL
Perdas por Imparidade					
Clientes Cobrança Duvidosa	7.589.050,10	191.404,54	-	1.515.481,50	6.264.973,14
	7.589.050,10	191.404,54	-	1.515.481,50	6.264.973,14

:8.13

ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

A Rubrica de Adiantamentos a Fornecedores é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013
Adiantamento a Fornecedores		
Gerais	55.506,50	-
	55.506,50	-

8.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

8.14

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A Rubrica de Estado e Outros Entes Públicos é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013
Ativo		
Imposto Sobre o Rendimento	249.067,00	127.246,71
IVA a Recuperar	3.781,90	-
IVA Reembolsos Pedidos	225.000,00	143.000,00
Outros Impostos	1.179,00	-
Outros Impostos - Sucursal	1.155,70	-
	480.183,60	270.246,71
Passivo		
Imposto Sobre o Rendimento	-	-
Retenções de Imposto Sobre o Rendimento	19.215,52	86.222,39
IVA a Pagar	-	16.074,00
Contribuições para a Segurança Social	19.021,98	80.942,44
Tributos das Autarquias Locais	63.939,14	65.860,83
Outras Tributações	352.454,57	272.099,60
Outras Impostos - Sucursal	116,40	-
	454.747,61	521.199,26

8.15

DIFERIMENTOS

A Rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013
Ativo		
Gastos a Reconhecer		
Gastos Financeiros	101,12	4.719,54
Seguros	22.704,07	41.094,13
FSE	279,75	1.231,67
	23.084,94	47.045,34
Passivo		
Rendimentos a Reconhecer		
% Acabamento Obras	-	370.712,84
	-	370.712,84

8.16

INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

• Capital Social

O Capital Social de € 2.500.000,00, representado por 500.000 ações de valor nominal de € 5,00 cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2014.

• Ações Próprias

Durante o exercício de 2014, o movimento ocorrido nas Ações Próprias foi como segue:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
Saldo inicial em 01-01-2013	40.000	14.800.000,00
Aquisições 2013	-	-
Saldo final em 31-12-2013	40.000	14.800.000,00
Aquisições 2014	-	-
Saldo final em 31-12-2014	40.000	14.800.000,00

• Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta Rubrica respeita a prestações acessórias concedidas pelos acionistas em 2009, no valor de € 9.900.000,00. A 31 de dezembro de 2014 apresenta um saldo de € 9.100.000,00.

• Reservas Legais

Em conformidade com o Artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Durante o período a reserva não foi reforçada visto a mesma já representar o limite legal.

• Outras Reservas

Para dar cumprimento ao estipulado na alínea b) do n.º1 do Artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, a Empresa constituiu em 2009 uma reserva indisponível no valor de € 14.800.000,00, tendo sido este o valor de aquisição das 40.000 ações representativas de 8% do Capital Social.

• Resultados Transitados

A variação dos Resultados Transitados diz respeito à incorporação do Resultado Líquido do Exercício anterior no montante de € 654.343,93 deduzido do montante distribuído no valor de € 150.000,00.

8.17

PROVISÕES

O movimento na Rubrica de Provisões é analisado como segue:

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Garantias a Clientes	4.136.206,30	80.428,13	584.249,35	-	3.632.385,08
Processos Judiciais em Curso	1.420.258,38	170.611,82	467.380,61	-	1.123.489,59
Outras	-	4.114.541,68	-	-	4.114.541,68
	5.556.464,68	4.365.581,63	1.051.629,96	-	8.870.416,35

8.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

:8.18

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Esta Rubrica é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013
Não Corrente		
Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras		
Empréstimos Bancários	9.985.232,25	12.880.873,61
Suprimentos	1.938.500,00	2.249.000,00
Locações Financeiras	1.478.984,06	1.801.978,18
	13.402.716,31	16.931.851,79
Corrente		
Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras		
Empréstimos Bancários	8.871.045,29	7.314.339,82
Locações Financeiras	255.031,41	309.654,34
Factoring	205.376,79	434.416,14
	9.331.453,49	8.058.410,30

A análise da Rubrica de Financiamentos Obtidos por maturidade é a seguinte:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013
Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras		
Empréstimos Bancários		
Até 1 ano	8.871.045,29	7.314.339,82
De 1 a 5 anos	9.985.232,25	12.880.873,61
A mais de 5 anos	-	-
Suprimentos		
De 1 a 5 anos	1.938.500,00	2.249.000,00
Descobertos Bancários	-	-
Locações Financeiras		
Até 1 ano	255.031,41	309.387,17
De 1 a 5 anos	950.843,08	1.084.354,25
A mais de 5 anos	528.140,98	717.891,10
Factoring	-	434.416,14
	22.528.793,01	24.990.262,09

:8.19

OUTRAS CONTAS A PAGAR

A Rubrica de Outras Contas a Pagar é analisada conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013
Não Corrente		
Empresas com Ligações	368.000,00	1.875.000,00
Retenções Fornecedores	3.657.626,07	4.766.032,55
Credores por Subscrições não Liberadas	162.749,30	-
Estado e Outros Entes Públicos - Acordos	160.272,66	331.939,10
	4.348.648,03	6.972.971,65
Corrente		
Fornecedores de Investimentos	-	2.853,60
Credores por Acréscimos de Gastos		
Encargos com Pessoal	73.542,83	74.416,74
Juros a Liquidar	169.659,00	192.070,10
FSE	-	-
Diversos	116.525,88	251.053,58
Adiantamento por Conta de Vendas	-	-
Saldos Credores Clientes	11.509,18	26.292,44
Credores por Subscrições não Liberadas	36.750,00	25.599,30
Outros Credores		
Empresas com Ligações	7.155.571,86	33.040,85
Retenções Fornecedores	-	2.618,44
Adiantamento por Conta Venda Imobilizado	-	-
Diversos	8.892,50	273.801,56
Devedores Diversos - Sucursal	242.655,64	-
Pessoal	335,01	20.513,73
	7.815.441,90	902.260,34
	12.164.089,93	7.875.231,99

:8.20

FORNECEDORES

A Rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013
Fornecedores c/c		
Gerais - Nacionais	3.319.663,85	8.026.310,41
Gerais - Sucursal	410.315,03	-
Retenções Fornecedores	1.213.733,98	781.830,87
Fornecedores <i>Confirming</i>	495.891,64	-
	5.439.604,50	8.808.141,28

8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

8.21

ADIANTAMENTO DE CLIENTES

A Rubrica de Adiantamento de Clientes é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013
Adiantamento de Clientes - Nacionais	65.911,65	15.911,65
Adiantamento de Clientes - Sucursal	1.071.377,58	-
	1.137.289,23	15.911,65

8.22

ACIONISTAS

A Rubrica de Acionistas é analisada conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	31-12-2013
Resultados Atribuídos		
MRG - SGPS, S.A.	132.800,00	570.000,00
	132.800,00	570.000,00

8.23

RÉDITO

O Rédito reconhecido pela empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Vendas	57.409,45	842.830,13
Prestação de Serviços	4.553.605,52	38.630.512,58
Prestação de Serviços - Sucursal	1.020.980,42	-
	5.631.995,39	39.473.342,71

8.24

GANHOS/PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS,
ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A Rubrica de Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Cobertura de Prejuízos	285.868,00	2.773,49
Outros	9.950,00	-
	295.818,00	2.773,49

8.25

VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO

A Rubrica de Variação nos Inventários da Produção é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	2013	2012
Inventários Iniciais		
Produtos Acabados e Intermedios	1.785.915,06	1.797.915,43
Produtos e Trabalhos em Curso	2.559.836,91	1.747.709,00
Regularizações		
Inventários	-	-
Inventários Finais		
Produtos Acabados e Intermedios	1.772.200,36	1.785.915,06
Produtos e Trabalhos em Curso	2.829.726,17	2.559.836,91
	256.174,56	800.127,54

8.26

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E
DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas apresenta-se como segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Mercadorias	295.891,27	1.542.983,61
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	854.737,43	-
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo - Sucursal	4.256,42	5.801.641,98
	1.154.885,12	7.344.625,59

8.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

8.27

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A Rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Subcontratos	4.124.072,65	37.769.437,01
Subcontratos - Sucursal	931.821,62	-
Serviços Especializados:		
Trabalhos Especializados	1.329.179,50	1.177.777,46
Trabalhos Especializados - Sucursal	254.313,96	-
Publicidade e Propaganda	24.368,36	21.851,10
Vigilância e Segurança	181.165,77	246.289,24
Honorários	843.963,41	548.030,02
Conservação e Reparação	82.203,65	194.053,03
Serviços Financeiros	388.882,40	477.780,94
Outros	74.585,07	85.405,26
Materiais:		
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	37.767,29	64.108,14
Livros e Documentação Técnica	15.603,13	21.075,59
Material de Escritório	13.889,55	19.746,57
Artigos para Oferta	2.117,70	1.545,92
Diversos - Sucursal	611,58	-
Energia e Fluidos:		
Eletricidade	50.829,59	111.642,23
Combustíveis	116.247,53	409.978,31
Água	22.065,24	55.651,21
Diversos - Sucursal	2.388,45	-
Deslocações, Estadas e Transportes:		
Deslocações e Estadas	211.377,38	585.268,48
Transportes de Mercadorias	1.149,99	4.346,05
Diversos - Sucursal	11.816,92	-
Serviços Diversos:		
Rendas e Alugueres	81.430,15	238.757,13
Comunicação	51.091,32	73.867,59
Seguros	36.051,80	81.987,16
Contencioso e Notariado	21.842,70	28.613,95
Despesas de Representação	14.351,87	11.517,07
Limpeza, Higiene e Conforto	4.999,06	15.760,45
Diversos - Sucursal	14.655,19	-
	8.944.842,83	42.244.489,91

8.28

GASTOS COM O PESSOAL

A Rubrica de Gastos com o Pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do Pessoal	481.202,57	1.565.239,25
Remunerações do Pessoal - Sucursal	15.814,95	-
Ajudas de Custo	53.402,34	139.449,50
Indemnizações	600.859,48	367.826,11
Indemnizações - Sucursal	3.880,00	-
Abono para Falhas	448,80	921,80
Encargos sobre Remunerações	123.046,13	349.510,24
Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	5.233,43	45.863,15
Outros Gastos com o Pessoal	165.329,37	31.612,22
Outros Gastos com o Pessoal - Sucursal	21.884,88	-
	1.471.101,95	2.500.422,27

• Número Médio de Pessoal

O Número Médio de Pessoal ao serviço da Empresa durante o exercício de 2014 foi de 13.

8.29

IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

Esta Rubrica é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Perdas		
Clientes	191.404,54	647.610,13
Outros Devedores	457.915,76	452.076,69
Sócios/Acionistas	8.150,00	236.600,00
Reversões		
Clientes	1.515.481,50	420.842,05
Outros Devedores	3.320,46	597.780,00
	-861.331,66	317.664,77

8.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

8.30

IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS NÃO DEPRECIÁVEIS

Esta Rubrica é analisada como segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Perdas		
Investimentos Financeiros	50.405,44	12.601,37
Reversões		
Investimentos Financeiros	266.640,29	-
	216.234,85	-12.601,37

8.31

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A composição da Rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é conforme se segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Rendimentos Suplementares		
Equilíbrios Consórcios	1.780.028,06	3.702.418,64
Transferência Core	-	612.271,36
Projetos	-	1.188.425,68
Diversos	19.770,99	435.905,28
Ganhos em Inventários	-	791,52
Rendimentos e Ganhos em Investimentos	482.545,42	400.079,64
Indemnização - Transação Judicial	4.129,54	3.000.117,13
Indemnização Contratual	325.340,59	643.774,14
Rendas	220.894,20	-
Diversos	118.573,07	-
Outros - Sucursal	353.625,43	141.742,86
	3.304.907,30	10.125.526,25

8.32

OUTROS GASTOS E PERDAS

A composição da Rubrica de "Outros Gastos e Perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é conforme se segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Impostos	172.634,22	280.437,42
Dívidas Incobráveis	9.433,44	-
Perdas em Inventários	-	3.315,42
Correções Relativas a Períodos Anteriores	-	78.188,56
Gastos com Garantia de Obras	-	147.035,99
Outros	57.638,49	294.078,36
Outros - Sucursal	7.380,29	-
	247.086,44	803.055,75

8.33

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os Gastos e Perdas de Financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são detalhados conforme se segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Juros Suportados		
Financiamentos Bancários	1.567.219,13	904.362,15
<i>Factoring</i>	19.462,89	151.306,62
Locações Financeiras	29.294,41	27.348,64
Perdas em Instrumentos de Cobertura	-	925.100,00
Outros Juros	-	9.521,75
	1.615.976,43	2.017.639,16

Os Juros e Outros Rendimentos Similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são detalhados conforme se segue:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Juros Obtidos		
Depósitos em Instituições de Crédito	194.620,98	318.528,32
Juros de Mora	2.524.401,58	4.464.025,25
Regularização de Retenções	70.275,04	-
Outros	-140,69	54,95
	2.789.156,91	4.782.608,52

8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

8.34

DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- **Honorários Faturados pelo Revisor Oficial de Contas**

Os honorários totais faturados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 pelo Revisor Oficial de Contas, relacionadas com a Revisão legal das Contas Anuais, ascenderam a € 14.000,00.

- **Sector Público Estatal**

Nos termos do Artigo 2º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro, informamos não ser a Empresa devedora de quaisquer impostos vencidos ao Sector Público Estatal.

- **Segurança Social**

Nos termos do n.º 1 do Artigo 210º da Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, informamos não ser a Empresa devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social.

8.35

OUTRAS DIVULGAÇÕES – INFORMAÇÃO ADICIONAL

A numeração inserida no Balanço e na Demonstração dos Resultados corresponde à numeração do Anexo, excluindo o radical "8".

Técnico Oficial de Contas

João Carlos Pinto Marques

Conselho de Administração

Fernando Manuel Rodrigues Gouveia

Rodolfo Oliveira Gouveia

José Eduardo da Silva Loureiro





9.



RELATÓRIO E PARECERES DOS AUDITORES E DO FISCAL ÚNICO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **MRG – ENGINEERING & SOLUTIONS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um total de 83.959.867,48 euros e um total de capital próprio de 33.026.750,06 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.066.354,71 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

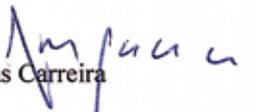
Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **MRG – ENGINEERING & SOLUTIONS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Leiria, 13 de março de 2015

LCA, SROC
Representada por 
José Maria de Jesus Carreira
R.O.C. n.º 614

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Apresentamos para V/ apreciação o nosso relatório e parecer sobre a atividade por nós desenvolvida, sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras de **MRG – ENGINEERING & SOLUTIONS, S.A.**, referentes ao exercício de 2014.

Acompanhámos ao longo do exercício e com a regularidade necessária, a atividade da sociedade e o registo das suas transações. Os trabalhos de acompanhamento periódico foram complementados com os adequados procedimentos de revisão no fim do exercício. Do acompanhamento efetuado e dos procedimentos de verificação aplicados não foram identificadas situações que, pela sua materialidade e relevância, ponham em causa o conteúdo das demonstrações financeiras, pelo que, emitimos a nossa certificação legal das contas na modalidade sem reservas.

No âmbito das nossas funções analisámos também o relatório de gestão e a proposta de aplicação dos resultados, concluindo-se que satisfazem os requisitos legais e estatutários, sendo o referido relatório consistente com as demonstrações financeiras apresentadas.

Atendendo ao anteriormente exposto é nosso parecer que o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação dos resultados, estão em condições de poderem ser aprovados pela assembleia geral de acionistas.

Finalmente o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e Serviços da Empresa pela forma diligente como prestaram toda a informação solicitada, facilitando assim o desempenho das nossas funções.

Leiria, 13 de março de 2015

LCA SROC

Representada por
José Maria de Jesus Carreira
R.O.C. n.º 614

